



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1548/16	DATA: 06/12/2016	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 09h25min	TÉRMINO: 13h33min	PÁGINAS: 82

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DEBORAH DUPRAT - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal — MPF.  
ANTÔNIA MELO - Coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre — MXVPS.  
SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO - Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, representando o Ministério do Meio Ambiente — MMA.  
EDUARDO AZEVEDO - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, representando o Ministro Fernando Coelho Filho.  
IVO POLETTO - Assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social — FMCJS e membro da Coordenação da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil.  
SÔNIA GUAJAJARA - Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB.  
SÉRGIO HENRIQUE GUIMARÃES - Membro do Conselho Diretor do Instituto Centro de Vida — ICV.  
FELÍCIO PONTES - Procurador Regional da Republica da 1ª Região do Ministério Público Federal — MPF.  
RAUL TRINDADE - Coordenador-Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.  
THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO - Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do Ministério de Minas e Energia — MME.  
MAURÍCIO TORRES - Pesquisador e Professor Colaborador da Universidade Federal do Oeste do Pará — UFOPA.  
TITAN DE LIMA - Gestor ambiental especializado em legislação ambiental e assessor técnico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.  
ROGÉRIO PAULO HÖHN - Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.  
BRENT MILLIKAN - Diretor do Programa Amazônia da International Rivers - Brasil.

SUMÁRIO

Seminário *Hidrelétricas na Amazônia, Conflitos Socioambientais e Caminhos Alternativos* (1ª parte).

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Grafias não confirmadas: Maria Ivanessa, Wilkamasan.  
Houve intervenções inaudíveis.  
Há orador não identificado em breve intervenção.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Bom dia!

Declaro aberto o Seminário *Hidrelétricas na Amazônia, Conflitos Socioambientais e Caminhos Alternativos*, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para exibição posterior na grade de programação da emissora.

Convido para compor a Mesa de abertura Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, representando o Ministério do Meio Ambiente — MMA (*palmas*); Eduardo Azevedo, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia — MME, representando o Ministro de Estado (*palmas*); Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal — MPF (*palmas*); Ivo Poletto, Assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social — FMCJS e Membro da Coordenação da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil (*palmas*); Sérgio Guimarães, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Centro de Vida — ICV e Coordenador do Grupo de Trabalho de Infraestrutura, GT Infraestrutura. (*Palmas.*) Sérgio virá compor a Mesa logo na sequência. Convido ainda Antônia Melo, Coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre — MXVPS (*palmas*), e Sônia Guajajara, que, assim que chegar, virá compor a Mesa.

Por se tratar de Mesa de abertura, vamos combinar o tempo de 5 minutos para as exposições.

Vou passar a palavra à Dra. Deborah, que já tem outro compromisso às 10 horas.

**A SRA. DEBORAH DUPRAT** - Bom dia a todas e a todos.

Início pedindo desculpas. Detesto fazer isto, sair correndo; faço questão de ouvir todas as pessoas presentes; mas, infelizmente, estamos em um cenário tão impressionante que temos de nos movimentar em vários espaços e em várias discussões para ver se conseguimos fazer face a esse quadro de retrocesso de direitos.



Vou ser muito objetiva em relação às hidrelétricas da Amazônia. Acompanho essa questão há muito tempo, desde o embrião de Belo Monte, e sempre penso que nós temos uma política ambiental historicamente pouco atenta ao ser humano, especialmente àquelas pessoas que têm uma relação com a natureza do tipo existencial, em que toda a compreensão de vida delas está pautada na maneira como se relacionam com os recursos naturais.

Pensar também as hidrelétricas na Amazônia da maneira como elas vêm sendo pensadas e implementadas é desconhecer todo o potencial humanista que veio com a Resolução CONAMA nº 001. Eu falo muito da Constituição de 1988, mas temos que lembrar o tempo todo da importância desse documento, porque aí foram assentados os pilares de uma justiça ambiental, especialmente a partir do estudo de impacto ambiental.

Lembro que pela primeira vez se pensou o estudo de impacto ambiental nessa relação absolutamente necessária entre meio físico, meio biótico e meio antrópico. São meios que se comunicam entre si e não podem jamais ter uma análise estanque, em que não se veja a relação da pessoa, do ser humano com os recursos naturais, com os recursos físicos.

Quero lembrar ainda que essa resolução traz outro elemento extremamente importante das alternativas tecnológicas e locacionais. Essa questão nunca foi discutida. Os empreendimentos são apresentados de forma definitiva. Rompe-se um dos pilares do licenciamento ambiental, tal como previsto na Constituição, que é o seu aspecto democrático.

Por fim, lembro que essa mesma Resolução CONAMA nº 001 tem um princípio fundamental de justiça ambiental, que é a distribuição equitativa de ônus e bônus. No entanto, na Amazônia, o que vemos são determinados grupos sofrerem totalmente as consequências de empreendimentos em prol de uma sociedade urbana, de uma sociedade capitalista, enfim, numa compreensão utilitarista da natureza.

Acho que Belo Monte é um caso sempre a ser lembrado e lamentado. Acompanhei várias comunidades indígenas e vi seus modos tradicionais de vida serem absolutamente destroçados. Destaco, mais recentemente, o caso das comunidades pesqueiras. Há essas noções essencialistas de que comunidade



pesqueira é aquela que só está na beira do rio. Além de tirarem delas o rio, impedem também toda a relação que essas comunidades têm com a cidade. Enfim, é aquilo que Thais denunciou como etnocídio. Então, temos que parar de matar povos e culturas, de matar os sentimentos deles, de matar o sentimento deles de pertencimento aos lugares, de matar todas as compreensões deles de vida, de matar a vida que existe dentro dos nossos rios amazônicos.

Espero que esse seja o espírito da discussão que norteia este seminário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Dra. Deborah.

Já está aqui entre nós, compondo a Mesa, a Sra. Sônia Guajajara, Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB.

Passo a palavra agora a Antônia Melo, Coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre — MXVPS.

**A SRA. ANTÔNIA MELO** - Bom dia a todas e a todos deste evento, deste seminário. Bom dia a todos da Mesa.

Agradecemos pelo convite para estar hoje neste seminário junto às autoridades e à Comissão a fim de trazer as realidades dos movimentos sociais que lutam junto aos povos, às comunidades massacradas, destroçadas, como disse a Dra. Deborah, ameaçadas em suas culturas e em suas vidas por esses projetos que o Governo tenta e implanta principalmente nos nossos rios da Amazônia.

Quero trazer aqui neste dia — é claro que muitas pessoas vão falar também — muitas realidades dos povos da Amazônia frente a esses monstros projetos.

Nossa realidade é uma realidade para a qual pouca gente olha e com a qual pouca gente se importa, na verdade, principalmente as autoridades do Poder Executivo e Legislativo deste País. Os órgãos que assumem as responsabilidades com esses projetos não escutam, não olham e não dão a mínima para o sofrimento e para a destruição da vida como um todo. Destruir os nossos rios, destruir a vida dos povos, isso é destruir o meio ambiente, é destruir a vida.

Neste momento, eu gostaria de passar um pouco da minha palavra de 5 minutos ao Cacique Giliarde Juruna, que é de Volta Grande do Xingu, local onde estão os povos indígenas, as comunidades indígenas, as comunidades ribeirinhas. Enfim, é um espaço de 100 quilômetros a Volta Grande do Xingu, onde construíram



esse monstro chamado Belo Monte. Esses povos estão sofrendo muito, perdendo os seus modos de vida.

Como bem falou a Dra. Deborah, o Ministério Público recentemente ajuizou uma ação por etnocídio contra o Governo brasileiro, contra a empresa Norte Energia, por causa da situação desses povos.

**O SR. GILIARDE JURUNA** - Bom dia.

Meu nome é Giliard Juruna, sou Cacique da Aldeia Muratu. A gente vê que a nossa região está esquecida por esses grandes Deputados e pelo Governo, o pessoal da frente. A gente vê que o nosso rio está acabando, a água está sendo controlada. Nós não estamos conseguindo pegar mais peixe para o nosso consumo, para a nossa sobrevivência, onde a gente sempre morou e sempre teve fartura. E hoje a gente não tem mais. A gente não tem água potável, porque os peixes estão morrendo. Os meninos que estão banhando lá estão tendo coceira. Então, fica muito difícil a gente beber uma água dessas. Estão acabando com a nossa cultura. Os locais em que a gente pescava, hoje a gente não pesca mais. Então, a gente tem muita dificuldade nessa questão de ir atrás do próprio alimento. E o Governo não se importa, em momento algum. Quando foi para fazer a barragem, a ELETRONORTE, na época, falou que abriria acessos, ia melhorar as nossas vidas. Nós não somos contra o desenvolvimento, de maneira alguma, mas têm várias maneiras de produzir energia no mundo não acabando com o que a gente tem, com a natureza, que é a nossa mãe, o nosso pai, de onde nós tiramos.

A gente vê que ali na Volta Grande é um projeto que foi feito para teste, ninguém sabe se vai dar certo ou não, porque em nenhum momento a gente vê o IBAMA presente, nem a FUNAI naquela região, e tem muito peixe morrendo. Tem uma espécie de peixe que só existe naquela região da Volta Grande, que é o zebra, um dos peixes ornamentais. Por que não foi criada uma área? Por que não procuraram outro local para fazer a hidrelétrica? Ali estão acabando com essa espécie.

Na nossa cultura, nós sempre sobrevivemos do rio. Nós povo yudjá somos donos do rio. Por esse motivo, temos que plantar. Nós sempre plantamos para a nossa sobrevivência, para o nosso consumo, e não para vender e exportar. Dos projetos que têm hoje lá nenhum está funcionando, nenhum está gerando renda



dentro da nossa comunidade. Há pouco tempo mesmo, um irmão meu morreu procurando uma alternativa de vida, pescar um peixe ornamental que dá de 25 a 80 metros de profundidade.

A Norte Energia só compra material de má qualidade, quando a gente pede. E os projetos que devem ser implantados do PBA já vêm prontos. Não é definida com a comunidade a forma correta que cada povo quer, que tem que ser feita. Cada etnia tem a sua cultura. Então, os projetos têm que ser de acordo com cada povo.

Botaram energia para nós, mas essa energia, além de ser dentro da aldeia, é muito cara. São 400, 500 reais para cada casa, uma pessoa que só tem uma televisãozinha. Cadê os nossos direitos? Dizem que nós temos direito a 50 *megawatts* de energia, e isso não vem. Ainda vem cobrando iluminação pública e tudo. Como nós vamos pagar uma energia dessas, se nós não temos renda nenhuma e nada funciona dentro daquelas comunidades? Então a gente fica muito triste.

Esperamos que na revisão deste PBA também tenha uma reavaliação sobre isso e que o Governo acompanhe de perto aquela região. Eles têm que ver o que estão acompanhando não só através de documentos; eles têm que ver a nossa realidade. Então, a gente pede que o IBAMA esteja muito presente naquela região, porque a invasão está muito grande. A gente não tem mais prioridade para sair, porque a estrada tem acesso, mas não tem um posto de fiscalização. O pessoal entra e sai. Assassinos da própria hidrelétrica entram na nossa comunidade, e a gente fica muito preocupado com as crianças, porque não tem mais segurança. Antigamente, a gente saía para pescar e passar dias fora, mas não tem mais aquela segurança de deixar a família em casa. Então, eu espero que o pessoal olhe mais para esta região e acompanhe de perto, para ver como vai ficar.

E outra: estão querendo instalar essa Belo Sun lá, essa mineradora próxima. Se a nossa já não está aguentando nem o impacto de Belo Monte, imaginem essa Belo Sun, essa mineradora tão grande ali próxima? A água não está sendo suficiente nem para os peixes. Hoje, o peixe que a gente come lá é só o curimatá, os outros todos estão magros, estão morrendo naquela região, porque não têm o que comer. O rio não chega mais àquele local em que os peixes desovavam e comiam. Hoje estão todos magros. Então, a gente precisa que alguém olhe mais para lá e



preste muita atenção nesse relatório que vem de lá para cá, porque é fácil ver um papel, mas a realidade são poucos que veem, só quando a pessoa tem interesse mesmo de ajudar, porque acompanha de perto.

Essas são as minhas palavras, porque os minutos são limitados.

Eu agradeço. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Giliard Juruna. Obrigado, Antônia Melo.

Eu passo agora a palavra a Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, que é Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA e está representando aqui o Ministro do Meio Ambiente.

Suely, antes de a senhora começar a falar, eu queria aproveitar a oportunidade para também fazer um agradecimento público pela decisão sobre Tijuco Alto. Estou falando isso porque, antes de ser Deputado, eu vinha militando no Vale do Ribeira. Há uma luta histórica lá da população, por quase 30 anos, por quase 3 décadas. Havia a previsão de uma hidrelétrica com um grande impacto, principalmente para as comunidades quilombolas e as unidades de conservação. E há poucos dias, a senhora assinou pelo arquivamento. Então, queria parabenizá-la pela decisão e agradecê-la, porque tenho também uma relação com essa história. *(Palmas.)*

Por favor, Suely.

**A SRA. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO** - Bom dia a todos.

Eu cumprimento o Deputado Nilto Tatto e os demais componentes da Mesa.

É uma honra estar de volta à minha Casa e para tratar de um tema que eu tenho acompanhado tão de perto. Antes, já acompanhava da Câmara, mas, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, eu estou envolvida diretamente nessa questão da análise dos processos de licenciamento e do pós-licença de hidrelétricas.

Eu vou começar pelo pós-licença. Logo que eu cheguei ao IBAMA e por orientação do Ministro Sarney Filho, nós resolvemos reforçar o acompanhamento do que estava ocorrendo com as licenças concedidas. Então, eu pessoalmente já estive, por dois períodos, em Altamira, acompanhando os condicionantes de Belo Monte. Estamos agora reforçando o escritório de lá para haver o tempo todo gente



vendo o que está acontecendo com as comunidades, vendo o que está acontecendo em termos das condicionantes tanto ambientais como socioambientais.

Desde a semana passada, há uma equipe de quatro fiscais permanentes. Essa equipe vai revezar: a cada mês serão quatro fiscais diferentes. E haverá gente o tempo todo fazendo a fiscalização dos condicionantes de Belo Monte. No dia de hoje, eu estou com uma equipe em Volta Grande fazendo a fiscalização da extração ilegal de madeira. A ideia é estar sempre com gente lá, acompanhando, e mostrar presença com técnicos tanto da fiscalização quanto do licenciamento, que têm um treinamento específico para a negociação de conflitos. Essa é uma mudança desta gestão. Então, não adianta dar licença e deixar as obras correrem. Há que se entender o que está acontecendo depois que se deu a licença.

Nós estamos terminando, em Belo Monte, um quadro de acompanhamento das condicionantes. Ontem já saíram algumas multas em relação a condicionantes não cumpridas pela Norte Energia. Até o dia 15 de dezembro sairá o quadro completo. Nós vamos tomar as medidas necessárias em relação à Norte Energia, para que ela não tenha atraso algum nas condicionantes de Belo Monte.

Em geral, com relação às obras, a preocupação maior com a pós-licença é uma demanda do Ministro Sarney Filho e está sendo cumprida.

Em relação às novas obras, algumas medidas foram bem divulgadas, como a do arquivamento de São Luiz do Tapajós e, agora, de Tijuco Alto, mas a postura do Ministro e do IBAMA em relação às hidrelétricas na Amazônia, especificamente, é que há que se analisar não só apenas alternativas de localização, como destacado pela Deborah, mas também alternativas de fontes de geração. Então, a orientação é reforçar as demandas para que os estudos venham completos, analisem tudo o que têm que ser analisado para que se possa tomar decisão sobre uma obra desse tipo.

Nessa linha, nas discussões sobre licenciamento ambiental, nós estamos incentivando que saia a legislação sobre avaliação ambiental estratégica. Nós consideramos que a avaliação ambiental estratégica é o instrumento mais importante para que se possa realmente ponderar todas as alternativas que haja sobre o empreendimento, alternativas não só sobre localização, mas também sobre o que vai ser feito no lugar para garantir a geração de energia.



Eu acho que, em princípio, é isso. Reforço o compromisso do Ministro com a atenção plena aos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Ele tem falado isso em todos os fóruns que vai, e eu reforço aqui que fomos orientados e estamos seguindo a orientação de ter atenção máxima aos direitos das comunidades indígenas. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Suely.

Passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Azevedo, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, representando o Ministro Fernando Coelho Filho.

**O SR. EDUARDO AZEVEDO** - Bom dia. Minha saudação a todos.

Deputado Nilto Tatto, parabênzo-o pela iniciativa. Este tema é de extrema relevância, não só por tratar de assunto ligado à Amazônia, mas também porque o tema “hidrelétricas” é muito controverso e precisa ser discutido amplamente.

Nós vamos fazer um novo evento como este — e convido todos para estar lá — no Ministério de Minas e Energia, no primeiro trimestre do ano que vem, para debatermos o tema e as alternativas para a Amazônia.

Foi muito bem colocado aqui por todos que ninguém é contra o desenvolvimento. Nós somos contra os impactos que esse desenvolvimento pode trazer. Cabe a nós a responsabilidade e o dever de buscar solução que possa promover o desenvolvimento, respeitando as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas e o meio ambiente.

Costumamos dizer que energia é um vetor de desenvolvimento técnico, econômico, ambiental e social. Se privilegiarmos um desses vetores em detrimento de outro, não estaremos cumprindo o nosso papel. Então, como Secretário de Planejamento, a nossa missão é tentar conciliar cada um desses vetores e, em um planejamento de curto, médio e longo prazo, garantir modicidade tarifária, universalização do acesso à energia e segurança energética. Certamente, há vários conflitos no meio do caminho, e nós não vamos abrir mão de conversar com todos da sociedade para debater e identificar o melhor caminho para alcançar esses objetivos.

Os temas mais controversos sempre são debatidos dentro do CNPE, o Conselho Nacional de Política Energética, que é formado por 14 Ministros, liderado



pelo Ministro de Minas e Energia, com a presença dos Ministros da Casa Civil, do Meio Ambiente, do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura e outros. Várias áreas da sociedade são representadas pelos Ministérios e também por representantes da sociedade civil. Nesse âmbito, discutimos qualquer tema que possa gerar algum conflito e tentamos dirimir esses conflitos. O CNPE sempre indica quais são os casos mais relevantes para que o tema seja debatido em vários fóruns, e temos procurado fazê-lo.

Nós temos que implementar uma visão de mais longo prazo. No longo prazo, temos o Plano Nacional de Energia, feito para 2050. Nesse plano, temos uma visão de futuro sobre o que gostaríamos de ter no País e sobre o que precisamos ter para atender às demandas que vão crescer, que vão acontecer. A partir dele, fazemos destaques de médio e curto prazo.

No curto prazo, temos o PDE, o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica. Nele indicamos todos os projetos de geração — indicativo — e todos os projetos de transmissão — determinativo. Nós temos um País continental com oportunidades de geração de diversas fontes, em vários lugares, e temos a responsabilidade de conjugar esses potenciais de forma que possamos impactar menos o meio ambiente, a sociedade. Quando alguns dos melhores potenciais da Região Norte estão disponíveis, os da Região Sul não estão, e vice-versa. Então, através da transmissão, conseguimos conciliar essa situação.

Qual é o grande desafio na Amazônia? Há hoje várias comunidades isoladas atendidas com *diesel*, o que é um contrassenso, porque levamos um combustível fóssil para o meio de uma área preservada. A alternativa seria levar linhas de transmissão passando pelo meio da Amazônia, com impactos também para o meio ambiente e para as comunidades locais. Então, temos convivido com esse dilema e procurado criar alternativas.

Nesses primeiros 6 meses, nós fizemos algumas modificações importantes. Os sistemas isolados até então eram atendidos exclusivamente com *diesel*. A partir da nova gestão, os dois novos projetos de contratação de energia preveem que haja um projeto de referência, que é obrigatoriamente a *diesel*, o sistema atual, e que qualquer das áreas a ser licitada terá até 90 dias, a partir da emissão do projeto, para fazer alterações que o tornem mais sustentável. Então há projetos de



referência agora utilizando *diesel* e energia solar; *diesel*, energia solar e bateria; e biogás e biomassa. Com isso entendemos que conseguimos reduzir, pelo menos em 50%, o impacto no curtíssimo prazo.

No tocante à geração hidrelétrica, certamente nós temos que pensar em geração hidrelétrica, mas não necessariamente em grandes hidrelétricas, não necessariamente com armazenamento e não necessariamente na Amazônia. Então, um problema que temos que resolver é como crescer impactando menos. Esse é um problema que nós temos que superar.

Nós temos um compromisso assumido pelo País na COP 21 e ratificado neste ano, na COP 22, em Marrakesh, segundo o qual temos que reduzir em 43% as emissões. Certamente, fontes térmicas vão ter que sair da base. Por outro lado, vamos ter que aumentar em 5%, passando de 28% para 33%, as fontes renováveis não hídricas.

Ora, fontes renováveis não hídricas, das quais eu sou fã e defensor, há um grande problema: são intermitentes; só temos sol durante o dia e nem todo o tempo está ventando. Para isso, nós temos que ter uma energia firme na base que suporte essas fontes renováveis. Certamente, teremos que passar por hidrelétricas, a menos que queiramos despachar as térmicas.

Eu queria trazer esse contexto para que os senhores entendam que, em nenhum momento, o Ministério de Minas e Energia estará contra o meio ambiente nem contra a sociedade. Mas nós temos o dever de trazer as opções técnicas para que possamos discutir juntos qual é a melhor maneira de chegar até elas.

Temos tentado, através das usinas-plataforma, seguindo o conceito de aprender com os erros do passado, como foi colocado aqui, não cometer de novo esses erros. Então, para os novos empreendimentos, antes de iniciá-los, podemos trabalhar com a previsão de como impactar menos e, depois do empreendimento, recompor as áreas impactadas. Assim, como o cacique falou, não causaremos problemas quanto ao modo de vida nem quanto à forma de alimentar das pessoas que estão presentes.

Era isso que eu queria colocar. Estamos sempre à disposição para debater o assunto. E, por favor, no primeiro trimestre do ano que vem, eu gostaria de ter os senhores conversando conosco. Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Eduardo.

Como este recinto já lotou, informo que está ocorrendo transmissão simultânea deste seminário no Plenário 2. À tarde, ao que parece, poderemos ir para o Plenário 2, que é um espaço maior.

Quero informar também que o seminário está sendo transmitido ao vivo pela Internet e quem o está acompanhando também poderá fazer perguntas aos debatedores nas próximas Mesas.

Passo a palavra ao Ivo Poletto, que aqui representa o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social.

**O SR. IVO POLETTO** - Bom dia a todo mundo.

Na verdade, estou aqui pelo Fórum e, ao mesmo tempo, pela Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil, que é um esforço nosso para juntar as forças que estão preocupadas com os efeitos e com as consequências, os conflitos socioambientais, dentre as opções até agora implementadas em relação à questão de energia não só na Amazônia, mas em particular na Amazônia.

Nós somos uma frente, lutamos sim e temos buscado o diálogo. Até agora é quase um diálogo de surdos, mas temos procurado apresentar propostas alternativas e trabalhar no sentido de chegarmos a uma perspectiva melhor na produção de energia para o nosso País.

Eu não digo que neste momento estou autorizado a representar também a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais — ABONG, porque existe gente da ABONG aqui que vai participar em Mesas, mas nesta abertura já posso dizer que a ABONG está apoiando este evento e está comprometida no sentido da sua continuidade.

Bem, eu queria partir, neste rápido momento de introdução, dizendo: nós, no debate de hoje, não podemos esquecer que, na questão de energia, nós estamos ainda vivendo graves conflitos sociais e graves conflitos socioambientais. Nesse sentido, sendo realistas, nós temos que, sim, colocar em avaliação o que se tem feito, as opções que foram assumidas e, em segundo lugar, o modo como essas opções são colocadas em prática. Isso tudo precisa ser avaliado.

Nós não podemos aceitar que se continue argumentando que é necessário produzir mais e mais energia. Nós insistimos: falta ainda no Brasil uma séria política



de melhor cuidado em relação a toda a questão da eficiência energética. Com certeza, se se observarem, desde a produção até o consumo final, todas as formas de consumo, nós podemos reduzir a quantidade de energia realmente necessária. *(Palmas.)*

Por outro lado, se nós também colocarmos em avaliação as opções econômicas, que estão voltadas para a exportação e não para a vida dos nossos povos, nós poderemos diminuir muito a necessidade de energia, estragar menos a natureza e certamente implementar projetos, junto com o povo, que sejam bons para a vida do povo e para a vida da nossa mãe terra.

Então, nós precisamos trabalhar seriamente a questão das alternativas — e é nisso que estamos empenhados.

O nosso País está tremendamente atrasado. Eu arriscaria colocar outro conceito: não está só atrasado, continua colonizado. Nós definimos as coisas a partir de interesses externos, a partir de interesses internacionais.

Por isso, nós não estamos na vanguarda, por exemplo, da energia solar, da produção de energia elétrica a partir do sol tão maravilhoso que nós temos no Brasil. A área menos favorável para a produção dessa energia no Brasil é quatro vezes mais positiva que a melhor área da Alemanha. E a Alemanha já produz em torno de 20% da energia de que precisa a partir do uso do sol.

Ainda parece que temos um decreto de alguém que diz: “*O sol do Brasil não presta*”. *(Palmas.)* Aliás, até os ventos só prestam se, por acaso, for para uma empresa grande — estrangeira, de preferência, como está acontecendo —, que faz a coisa de qualquer jeito, estraga a natureza e agride os povos. E aí para quê? Para vender uma mercadoria, que é a energia.

Eu sei muito bem — e lanço para o nosso debate de hoje — o motivo por que o Governo não quer a energia solar: porque representa prioritariamente os interesses das empresas, pois acha que a economia só pode ser feita por aqueles que têm capital e não acha que nós somos participantes efetivos da economia nacional. Então, eles não querem a energia solar porque eles sabem que nós podemos produzi-la em qualquer lugar, na casa da gente, no telhado. *(Palmas.)*

Desculpem-me se passo um minutinho do meu tempo, mas eu quero me referir a um estudo do WWF aqui em Brasília, um projeto já aprovado e configurado



que se chama Brasília Solar e que confirmou o seguinte: apenas com a estrutura já existente em cima ali dos prédios — eu também moro aqui em Brasília —, os telhados, com 40% da infraestrutura já existente, se coberta com painéis solares, dá para produzir toda a energia de que o Distrito Federal precisa. Por que não se faz? *“Ah! É porque é caro”.*

Aí vêm as desculpas todas que se deram durante muito tempo. Por isso não levamos a sério sequer a tecnologia desenvolvida no Brasil e continuamos importando. De vez em quando, cinicamente, quando a gente insiste nesse assunto, nos dizem: *“Ah! Mas isso vai dar lucros para a China!”* Só agora vêm me lembrar isso?!

Então, é preciso que nós realmente, neste debate de hoje, assumamos a posição de definir o que nós queremos em relação a essa questão da energia, em particular na Amazônia, que precisa ser preservada. E digo isso porque a Amazônia é condição de equilíbrio hídrico e de saúde ambiental para todo o País, para toda a América do Sul e para o mundo também.

Eu agradeço a presença de vocês e espero que este nosso seminário produza bons frutos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Ivo Poletto.

Apesar de esta ser uma Mesa de abertura, Eduardo, V.Sa. quer falar? Tudo bem.

**O SR EDUARDO AZEVEDO** - Desculpe-me. É só para complementar, não é um debate. A energia solar é tão importante no País que, se fosse colocado um painel solar em mil quilômetros quadrados, essa matriz atenderia toda a necessidade de energia do País. E nós temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Então, energia solar certamente é uma prioridade. Vamos trabalhar nisto. É importante dizer que energia solar só existe de dia. Então, a gente tem que ter um complemento de fontes, para termos energia produzida também à noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Nós vamos ter a oportunidade de, nas Mesas seguintes, aprofundar este debate.

Passo a palavra agora à Sônia Guajajara, Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.



**A SRA. SÔNIA GUAJAJARA** - Bom dia a todos e todas! Saúdo a plenária em nome dos meus parentes que estão aqui presentes. Saúdo a Mesa, em nome da Sra. Antônia Melo, que é a nossa grande referência da luta de Belo Monte.

Quero agradecer a oportunidade de mais uma vez estar aqui neste seminário e dizer que hoje é um momento muito oportuno de a gente começar dezembro e terminar 2016 trazendo novamente este debate sobre as hidrelétricas na Amazônia, mas também sobre as hidrelétricas no Brasil.

Ao falar das hidrelétricas e dos empreendimentos, não há como deixar de citar o processo de demarcação das terras indígenas, porque os impactos das hidrelétricas são graves e muito perigosos no local, mas também trazem impactos nacionais. E digo isso porque, ao se pretender ou se constituir as hidrelétricas, primeiro, tenta-se viabilizar — nesta Casa, inclusive — a flexibilização ou mudanças nas legislações, sejam elas ambientais ou sobre demarcação de terras indígenas.

Então, somente sobre flexibilização ambiental aqui no Congresso Nacional tramitam dezenove medidas que dizem respeito à mudança ou fragilização maior ainda da legislação ambiental. Então, isso é um risco muito grande, porque não adianta só dizer que vamos mudar o modelo energético. Às vezes, para diminuir o número de hidrelétricas em terras indígenas ou diminuir-se os impactos, usa-se como argumento, primeiro, frear o avanço do processo de demarcação.

Então, para dizerem que não estão fazendo isso em terra indígena, para dizerem que não estão impactando os territórios tradicionais, trava-se a luta aqui mesmo.

De fato, este é um momento delicado, difícil. Fala-se aqui em mudar o modelo de energia, mas nós sabemos de todos os acordos que tramitam aqui entre o Legislativo e o Executivo para se avançar nesses projetos. São mais de 40 hidrelétricas previstas para a Amazônia, somente para a Amazônia. Isso é muito grave e requer de nós um aprofundamento de fato deste debate para continuarmos essa discussão, continuarmos fazendo pressão. Não tem jeito, da nossa parte não tem jeito. Só fazendo pressão é que iremos conseguindo travar isso. O que é hoje a luta dos mundurucus contra São Luiz de Tapajós? Foi arquivada. E por que se arquivou? Só porque os mundurucus pediram, fizeram pressão? É claro. A luta que os mundurucus estão travando é muito importante. Todo o processo de



fortalecimento e de juntar as forças para fazer essa luta é importante. Porém, sabemos que também há outros interesses por trás disso, ou falta mesmo de recursos, no momento da crise, para poder implantar essa obra. Portanto, precisamos ficar sempre muito atentos com a forma como esses arquivamentos estão se dando.

Recentemente, foram devolvidos 19 processos de demarcação de terras indígenas que estavam na Casa Civil. Eles foram devolvidos para o Ministério da Justiça e, do Ministério da Justiça, devolvidos para a FUNAI. Porém, quando chegam à FUNAI, devolvem esses processos para quem? Hoje, temos uma FUNAI sem Presidente; então, quem é que vai responder?

Então, a FUNAI também está nesse pacote de fragilizar a luta, de fragilizar os direitos, para tentar viabilizar todas essas mudanças, essas alterações nas leis, como se pretende fazer.

Este seminário acontece em um momento importante, oportuno. Nós precisamos contar muito com os poucos apoiadores que temos aqui. Quero, de público, agradecer ao Deputado Nilto Tatto, que tem travado essa luta junto conosco, e também agradecer aos Deputados Chico Alencar, Ivan Valente, Glauber Braga. Bem poucos Parlamentares que estão aqui têm ajudado, têm nos apoiado e feito a diferença.

Nossa luta, o movimento indígena, o movimento do campo, junto com esses poucos Parlamentares, tem conseguido travar essa discussão, a exemplo da própria PEC 215, a qual conseguimos arquivar em algum momento. Depois foi reaberta e está no Senado, para ser aprovada em algum momento.

Mas, hoje, o que a Casa Civil está pretendendo fazer é um pacotinho reduzido da PEC 215. Ou seja, há agora a intenção de trazer o Departamento de Proteção Territorial da FUNIA, que trata das questões fundiárias, para a Casa Civil. Que interesse é esse de trazer essa responsabilidade para a Casa Civil?

Então, não se aprovou a PEC 215 aqui na Câmara ou no Senado, mas a Casa Civil já pretende levar essa responsabilidade para lá, porque vai inviabilizar da mesma forma — diretamente —, tirando a FUNAI, tirando o próprio Ministério da Justiça do meio de campo, porque falam que são empecilhos. A FUNAI hoje é vista como um empecilho para o avanço do agronegócio, para o avanço do



desenvolvimento. Antes, diziam que éramos nós, mas começamos a retrucar muito; agora jogam a responsabilidade para o próprio órgão oficial.

Bem, quero terminar dizendo que neste momento difícil, dramático, é possível sim conseguirmos avançar, dar um passo à frente. Isso vai depender muito da forma como nos organizarmos. Nós conseguimos, por esses dias, derrubar duas portarias do Ministério da Saúde em relação ao retrocesso na saúde indígena. Emplacamos essa luta no Brasil inteiro. Em uma semana nos mobilizamos, viemos para Brasília, chegamos aqui e conseguimos evitar um retrocesso.

Então, isso está se dando em todos os campos: saúde, educação, demarcação de terras. Esse avanço de empreendimentos já ocorreu no Sul, no Nordeste e agora avança com muita força na Amazônia. Precisamos estar muito atentos.

Finalizando, ontem, o Dr. Felício questionou o porquê de falarmos ainda sobre a Belo Monte, que já é fato consumado. A coisa incrível é que hoje, quando eu estava vindo para cá, perguntaram para onde eu ia. Eu disse que iria a uma audiência pública no Congresso Nacional, para tratar de hidrelétricas — nem citei Belo Monte, falei de hidrelétricas. Insistiram e perguntaram por que ainda estamos falando de Belo Monte, um negócio já dado. Questionaram por que insistíamos nisso.

Contudo, ontem, vimos o filme que mostrava Belo Monte depois da inundação e as consequências do desastre. Vimos como está o povo, como está a realidade lá após Belo Monte.

Isso nos dá força para continuarmos lutando, para que isso não se repita. É um exemplo para nós. E para o Governo serve como uma prova de que sempre estivemos certos, quando dizíamos que Belo Monte não era correta. Hoje, o Governo pode observar e dizer que nós sempre estivemos certos e que ele estava errado. O Governo precisa admitir isso para evitar a construção de novas hidrelétricas sem garantir o direito à consulta.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Sônia Guajajara.

Passo a palavra agora ao Sr. Sergio Henrique Guimarães, Presidente do Instituto Centro de Vida.



**O SR. SÉRGIO HENRIQUE GUIMARÃES** - Bom dia. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero ressaltar a importância deste evento, desta iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O problema das hidrelétricas na Amazônia e o problema energético têm impacto sobre toda a sociedade. Acho que é importante estarmos presentes. Temos aqui pessoas do Xingu, gente do Tapajós, gente do Madeira. É importante que os movimentos locais possam estar juntos, para encontrar uma ação articulada com a Câmara dos Deputados, com o IBAMA e com o Ministério de Minas e Energia. Acho que isso é importante.

Estou aqui representando também o GT Infraestrutura, um coletivo de cerca de 30 organizações e movimentos locais que vêm se preocupando e trabalhando com a infraestrutura na Amazônia, principalmente com a infraestrutura de energia elétrica. Este é um trabalho que vem sendo feito, que vem crescendo. Nós procuramos produzir informações e, ao mesmo tempo, contribuir com a articulação das organizações e dos movimentos no sentido de poder fazer frente a essa situação aí colocada.

Um ponto fundamental sobre essa situação, que foi aqui também colocado pelo Ivo, é que nós precisamos analisar alternativas de fontes energéticas para suprirem a demanda energética do Brasil. Eu acho isso é fundamental.

Nós tivemos uma reunião no ano passado. Queremos este ano propor ao Ministério outra reunião para trabalharmos essa questão do planejamento energético.

Também estamos solicitando há mais de 3 anos uma participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética — CNPE (*palmas*), porque há duas vagas há anos não preenchidas, ou, pelo menos, não foram preenchidas pelos nossos movimentos e nem sabemos quem está lá.

Então, continuamos solicitando essas vagas, que são fundamentais, para a participação da sociedade. Nós precisamos trabalhar todas essas questões de eficiência energética, de transformação, da redução, da descarbonização da matriz energética brasileira. Isso é fundamental.

Embora a oportunidade seja basicamente para uma saudação, Sr. Deputado, pois vamos ter o dia para discutir esses problemas, quero desde já dizer o seguinte:



é incrível que mais uma vez tenhamos aumento no desmatamento da Amazônia. Foram 8 mil quilômetros quadrados em 1 ano, totalizando quase 790 mil quilômetros quadrados de desmatamento acumulado. Foi citado aqui que apenas 1.000 quilômetros quadrados resolvem a questão energética do Brasil, com painéis solares, nós tivemos somente este ano de desmatamento da Amazônia 8.000 quilômetros quadrados desmatados. Acho que precisamos fazer uma reflexão e juntar todos esses povos.

E uma coisa que surgiu ontem no lançamento do filme foi a necessidade de buscarmos alternativas energéticas, para que não seja preciso nem mais uma hidrelétrica na Amazônia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sérgio.

Vamos desfazer esta Mesa. Agradeço aos participantes.

Imediatamente vamos montar a próxima Mesa. (*Pausa.*)

Para compor a próxima Mesa, que vai tratar do tema *Aspectos Críticos do Planejamento e Licenciamento de Hidrelétricas na Amazônia*, convido o Sr. Felício Pontes, Procurador Regional da República da 1ª Região, do Ministério Público Federal; Raul Trindade, Coordenador-Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA; o Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Maurício Torres, Pesquisador e Professor Colaborador da Universidade Federal do Oeste do Pará — UFOPA ; e o Sr. Titan de Lima, Gestor Ambiental, especializado em legislação ambiental, e Assessor Técnico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

Para esta Mesa estão previstas intervenções de 10 minutos, mas, se for preciso extrapolar esse tempo, não tem problema nenhum. Mas vamos nos manter no tempo, pois são várias Mesas durante o dia, para não termos o risco de atrapalhar a fala dos participantes das próximas Mesas.

Passo a palavra, por 10 minutos, ao Sr. Felício Pontes, Procurador Regional da República da 1ª Região, do Ministério Público Federal.

**O SR. FELÍCIO PONTES** - Muito obrigado, Deputado Nilto Tatto.



Eu gostaria de pedir desculpas à sociedade civil, que está aqui amplamente representada e que é uma parceira do Ministério Público Federal. Eu diria, *Deputado Nilto*, que nós não existiríamos se não fosse essa parceria com a sociedade civil, sobretudo aqueles Procuradores da República que lidam com a tutela coletiva, lidam com a defesa dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, das comunidades tradicionais de um modo geral. Eu queria pedir desculpas, pois falo hoje para o Governo, endereçando essa mensagem diretamente ao Governo.

A missão do Ministério Público Federal é fazer a defesa desses povos que acabei de mencionar, e esta Mesa tem como mote apontar quais são as deficiências no licenciamento ambiental. E o licenciamento ambiental é conduzido no Brasil pelos órgãos de Estado, pelo Governo Federal. Então, é por isso que quero me dirigir diretamente aos órgãos de Estado, aos órgãos do Governo Federal.

Entre os vários aspectos do licenciamento que poderíamos citar como problemáticos — e eu diria que em cada fase do licenciamento ambiental o que vem sendo aplicado no Brasil tem problemas —, eu gostaria de pinçar um apenas, só um, que diz respeito a uma questão eminentemente jurídica: o direito à consulta prévia aos povos atingidos por esse licenciamento.

Esse direito foi consagrado na Constituição Federal em relação a um ponto específico, pois a Constituição diz que deveriam ser consultados apenas os povos indígenas. Ela deixa de fora os povos quilombolas, as comunidades tradicionais, para dizer que os povos indígenas deveriam ser consultados quando se tratasse de utilização de potencial hidráulico — hidrelétricas de modo geral — e lavras, em relação à mineração.

Um ano depois que a Constituição foi promulgada nesta Casa, entra em vigor, pela Organização Internacional do Trabalho — OIT, a Convenção 169. Essa Convenção, portanto, torna-se lei no Brasil em 2005 e diz que todos os povos tradicionais, que ela chama de tribais, e mais os povos indígenas deverão ser consultados em todos os empreendimentos e medidas legislativas que atinjam ou se refiram a esses povos.

Esse é um direito básico no licenciamento ambiental dessas grandes obras. Por quê? Porque nós não vamos ter hoje, principalmente na Amazônia, nenhuma dessas grandes obras que não vá atingir esses povos. Todas elas atingem; todas!



Das 40 hidrelétricas previstas para os próximos 20 anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia e também no plano mais ampliado, que chega a 50 anos, que prevê hidrelétricas, todas elas invariavelmente — todas elas — atingem ou população indígena ou população quilombola ou população tradicional de modo geral.

Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer que o primeiro passo do licenciamento ambiental deveria ser a consulta prévia. Não se poderia dar outro passo para o licenciamento se a consulta prévia não fosse realizada. E não pode ser qualquer consulta: tem que ser uma consulta de acordo com o modo de vida tradicional de cada povo. Os mundurukus fizeram isso. Eles disseram como a consulta deveria ser feita.

Para que os senhores do novo Governo tenham uma ideia do que o velho Governo tinha em mente, o velho Governo fez a previsão de que se realizaria uma ou duas reuniões com os mundurukus, para que eles pudessem falar sobre o empreendimento, se estavam de acordo ou não. Depois disso, passariam para a outra fase do licenciamento. Os mundurukus disseram: *“Não é assim! Não é assim que se faz. Aqui, a decisão do povo munduruku é realizada por todas as aldeias. As mulheres, as crianças, as parteiras, todo mundo tem que ser consultado. E todo mundo deve ser consultado no seu local, na sua aldeia.”*

Os senhores sabem quantas aldeias tem a terra indígena Munduruku? Cento e trinta aldeias. A consulta tinha que ser feita em todas elas — em todas elas — para ser feita nos moldes que a Convenção 169 determina. E tem mais. Os mundurukus disseram: *“A gente quer que essas reuniões sejam na nossa língua, porque a maioria do nosso povo não entende português. Então, não vai adiantar nada chegar aqui e fazer uma exposição em português, porque nós não vamos entender.”*

E tudo isso ficou condensado, Deputado, no Protocolo de Consulta Munduruku. Eles deram o sinal de como deve ser aplicada a Convenção 169 em todo o Brasil. Em cada povo atingido há que se, primeiro, fazer a consulta, e nos moldes tradicionais daquela cultura. Enfim, deram um nó no Governo que saiu.

Eu tinha a ação judicial na minha mão. A petição da AGU, representando o Governo Federal àquela época, era no sentido de dizer que os mundurukus não



queriam fazer a consulta prévia. Não queriam fazer. O juiz estava prestes a decidir: avancem no licenciamento. Se tivessem avançado no licenciamento, hoje nós estaríamos chorando não apenas por Belo Monte, mas também pela construção de São Luiz de Tapajós, a nova Belo Monte, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Não aconteceu isso por quê? Não aconteceu isso porque os mundurukus se juntaram, fizeram esse protocolo de consulta, enviaram ao Ministério Público, e nós o mostramos ao juiz: eles querem, sim, ser consultados, mas nestes moldes. Não foi, cacique Juarez? Ele está aqui e pode confirmar o que digo. O Judiciário não teve saída: para aplicar a Constituição, tem que fazer o que os mundurukus querem. (*Palmas.*) É do jeito que eles querem que a coisa tem que ser feita.

Se nós levarmos em consideração hoje que todas as hidrelétricas previstas para a Amazônia nos próximos 20 anos atingem povos da floresta, não há outra conclusão: esta fase do licenciamento, a consulta prévia, tem que ser implementada. E nós demos tanta ênfase a isso, senhores membros do Executivo, que temos cinco processos na Justiça em relação a cinco empreendimentos diferentes sobre consulta prévia. O primeiro é Belo Monte. Sabem quantos nós perdemos? Nenhum. Nenhum.

Nós temos colocado todos os esforços dos Procuradores da República no sentido de que esse direito não seja de papel, que seja de verdade. E Belo Monte só foi construída porque foi utilizado um instrumento da ditadura militar, um instituto jurídico que o pessoal da sociedade civil e os indígenas conhecem muito bem: a artimanha usada pelo Executivo chamada suspensão de segurança.

O que é a suspensão de segurança? É a decisão de um juiz só, um presidente de tribunal, sem nada sobre o mérito, se os mundurukus têm razão, se os jurunas têm razão em relação a Belo Monte, se os kaiabis têm razão em relação a Teles Pires ou a São Manoel. Não fala nada disso. Diz que aquela obra é importante para o interesse nacional e manda passar. E a decisão vale até o trânsito em julgado, ou seja, até o final da ação. Belo Monte é uma prova de que o final dessas ações é o Supremo Tribunal Federal, que está aqui atrás de nós. Mas, para chegar até aqui, leva tanto tempo, que é bem possível que a hidrelétrica já esteja construída antes de o processo chegar ao final. Foi exatamente o que aconteceu com Belo Monte. Eu não sei o que o Supremo vai decidir agora.



Mas isso não aconteceu com São Luiz do Tapajós. A suspensão de segurança não vingou. O Judiciário está mais esperto.

Por isso, o meu recado final, já que o tempo se esgotou, Deputado Nilto Tatto, é um alerta ao Governo Federal. Nós estamos construindo uma estratégia, dentro do Ministério Público Federal. Eu estou dizendo coisas extremamente importantes dentro da nossa instituição. Eu estou abrindo neste momento a estratégia de atuação do Ministério Público Federal. E digo para vocês: será praticamente impossível, daqui para frente, fazer uma nova hidrelétrica sem levar em consideração o direito à consulta prévia dos povos atingidos.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Dr. Felício Pontes. Oxalá!

Passo a palavra ao Sr. Raul Trindade, Coordenador-Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica do IBAMA, por 10 minutos.

**O SR. RAUL TRINDADE** - Bom dia a todos.

Respeito todas as instituições que estão aqui. Representando o IBAMA, como dito pela Presidente, na pessoa do Ministro, nós entendemos que todos os empreendimentos que o IBAMA analisar que não estiverem dentro do que a lei permite, dentro do enquadramento de toda a legislação ambiental, não vão ter êxito.

Vou fazer uma rápida apresentação, para entenderem um pouco do IBAMA, onde atua, como é sua estrutura e como lhe chegam os empreendimentos.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Esta é a estruturação da apresentação. Eu vou falar um pouco dos aspectos legais, dos aspectos institucionais, da estrutura administrativa do IBAMA, da carteira de empreendimentos e equipe técnica — nós temos lá na Amazônia vários empreendimentos, mas vou falar especificamente dos que são licenciados pelo IBAMA — e de pontos de discussão em relação à ictiofauna e estoques pesqueiros, à realocação de populações, o que está muito em evidência, a afluxo populacional e a fragilidades regionais.

Estes são os aspectos legais: a Lei nº 6.938, de 1981, a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, que regula, em seu art. 9º, a avaliação de impactos



ambientais, procedida pelo IBAMA, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; a Lei nº 7.735, de 1989, que instituiu o IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, para executar as políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental.

Estes são os aspectos institucionais. Todos estes órgãos aqui listados — ANA, ICMBio, IBAMA, Serviço Florestal —, executam as políticas ambientais que o Governo coloca como pertinentes para a execução, no caso, dos empreendimentos.

Vamos ver agora a atuação do licenciamento ambiental. Este eslaide tem que ficar bem claro para todos. Por quê? Vemos aqui quatro fases. A primeira é a da política, a política energética nacional. A segunda é a do planejamento. A Presidente do IBAMA disse que o IBAMA vem lutando por planejamento ambiental. Isso vai estar atrelado a todas as questões aqui já pautadas.

Como já foi tratado aqui pelo Secretário do MME, o Plano Decenal de Expansão de Energia é que vai nortear a distribuição e a transmissão de energia pelo período de 10 anos. A partir desse documento é que eles vão fomentar o tipo de energia que vai ser implementada para chegar aos projetos.

A terceira fase é a do programa. O programa do antigo Governo é o PAC — Programa de Aceleração do Crescimento. O do Governo atual é o PPI — Programa de Parceria de Investimentos. E a quarta fase é a do projeto, quando o IBAMA vai atuar, e somente aí. Ele não determina qual empreendimento vai ser alocado para o Brasil, ele não determina qual fonte de energia vai ser... Ele simplesmente chega ao ponto de receber esse empreendimento e vai fazer o quê? Avaliar a viabilidade, se o projeto é viável ou não, justamente nas fases de licença de instalação e, depois, de licença de operação.

Esta é a estrutura do IBAMA. Eu faço parte da Diretoria de Licenciamento Ambiental. Temos ainda a Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas, a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, a Diretoria de Proteção Ambiental — quando fazemos alguma atuação, nós encaminhamos a eles, que fazem a valoração — e a Diretoria de Qualidade Ambiental.



A coordenação em que estou no momento possui duas coordenações, que são a de núcleos e a de dutos, que são outras fontes de energia, e a coordenação de hidrelétricas.

Atualmente, o IBAMA conta apenas com 32 analistas ambientais trabalhando com projetos de usinas hidrelétricas. Para o Brasil inteiro, apenas 32 pessoas! E esses 32 analistas ambientais que estão atuando nesses empreendimentos de hidrelétricas também atuam em outros processos.

Hoje nós temos 2.245 processos de licenciamento sob a responsabilidade do IBAMA, dos quais 6 empreendimentos são centrais geradoras hidrelétricas, 48 são pequenas centrais hidrelétricas e 82 são usinas hidrelétricas.

Atualmente, licenciados pelo IBAMA, nós temos, na fase prévia, o Aproveitamento Hidrelétrico Bem Querer, no Rio Branco, Estado de Roraima, o Aproveitamento Hidrelétrico Cachoeira dos Patos, no Rio Jamanxim, Estado do Pará, o Aproveitamento Hidrelétrico Tabajara, no Rio Ji-Paraná, Estado de Rondônia, e o Aproveitamento Hidrelétrico Jatobá, no Rio Tapajós, Estado do Pará.

Em fase de instalação, nós temos a Usina Hidrelétrica São Manoel, no Rio Teles Pires, Estado do Pará.

Em fase de operação, para a qual o IBAMA concedeu licenciamento, nós temos as Usinas Hidrelétricas Teles Pires, Santo Antônio do Jari, Belo Monte, Santo Antônio — uma é Santo Antônio do Jari e a outra é Santo Antônio — e Jirau.

Para a definição de todo o escopo desses estudos, o IBAMA emite dois documentos que são, digamos, principais: o termo de referência e o cadastro socioeconômico. Dentro deste último, pautamos várias questões: perda de propriedades, perda de capacidade produtiva das terras, perda de fonte de renda das pessoas que já moravam na localidade, prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, inviabilização do acesso ou de atividades de manejo dos recursos e outros prejuízos comprovados.

O termo de referência é o documento a partir do qual os empreendedores vão preparar EIA/RIMA. Nele, nós listamos os seguintes itens: identificação do empreendimento, diagnóstico físico e socioeconômico, impactos e medidas de mitigação e de compensação ambiental. Tudo que precisa estar no EIA/RIMA consta nesse termo.



Caso, após a apreciação do IBAMA, for decidido que o empreendimento não tem viabilidade, fatidicamente, vai acontecer com ele o que aconteceu com os outros que aqui foram mencionados: o processo daquele empreendimento vai ser arquivado, não vai lograr êxito.

O IBAMA segue rigorosamente a lei. Ou seja, para um empreendimento passar, ele tem que estar dentro dos moldes da lei. Inclusive, após a entrega de todos os documentos solicitados, em caso de dúvida, os analistas ambientais, que são os TRPs — técnicos responsáveis pelo processo, podem sugerir complementações e outros estudos para esclarecer qualquer ponto de incerteza.

Em relação à avaliação dos impactos na ictiofauna e no estoque pesqueiro, temos alguns impactos negativos na dinâmica natural do rio barrado, com influência direta sobre a biodiversidade e sobre o estoque pesqueiro, e medidas mitigadoras também. Por exemplo, no caso da ictiofauna, algumas dessas medidas são a construção de mecanismos de transposição de peixes, que toda hidrelétrica tem que ter, e o repovoamento do rio com espécies nativas, chamado de peixamento. Para que aquelas espécies que foram perdidas retornem àquele rio, faz-se um peixamento na área. Essa é uma forma de compensação.

Conforme vão sendo vistoriados os empreendimentos, o IBAMA vai exigindo outras ações que o empreendedor tem obrigação de cumprir. Se ele não cumprir o que o IBAMA determinou na condicionante, vai ser autuado por outra diretoria, a DIPRO — Diretoria de Proteção Ambiental, e, então, passa a responder a processo. Frequentemente também vêm demandas do Ministério Público. Sempre que chegam denúncias, o IBAMA procura sanar a situação questionada.

Aqui temos exemplos. Isto é um elevador de peixes da UHE Porto Primavera. Aqui ocorre a transposição dos peixes nas hidrelétricas. Na outra imagem, o pessoal perto do rio está fazendo o peixamento, devolvendo espécies para a área.

Outro grande impacto desses empreendimentos é a realocação da população. Nestas imagens percebemos a forma como esse remanejamento pode se dar. Quando uma população é alocada em outra localidade, há a perda da vizinhança e dos laços culturais. Nesse momento, nós fazemos o levantamento da existência de garimpos, de oleiros, de todas as atividades que ficam em torno de uma hidrelétrica.



Aqui estão algumas realocações. O assentamento de Nova Mutum, em Rondônia, foi construído em razão da Usina de Jirau. Em Altamira foi feito o reassentamento urbano dos afetados por Belo Monte. Petrolândia também é um exemplo.

Geralmente, quando ocorrem essas realocações de população, vários agentes da sociedade civil e outros movimentos entram em contato com o IBAMA, que sempre se solidariza com a situação dos afetados e tenta resolvê-la. Mas sua competência tem limites pautados pela lei. Então, muitas vezes, nós chamamos o Governo para participar das reuniões, além de outros órgãos que também atuam no licenciamento, como a FUNAI.

Ontem mesmo nós participamos de uma reunião com um povo indígena, em que a FUNAI esteve presente. Foram tratadas questões relativas a derramamento de óleo, que o IBAMA esclareceu. E, em relação aos garimpos ilegais, o IBAMA se comprometeu em fazer a verificação *in loco*. Então, o instituto, às vezes, também precisa ser demandado para tentar evitar situações que vão acontecendo.

Vou mostrar o caso as UHEs Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, que foi muito notório. Foi feita uma modelagem errada do reservatório, e houve uma enchente.

A gente sempre faz um TR de 100 anos, para verificação das últimas enchentes que ocorreram, mas, em 2014, especificamente teve uma enchente que foi totalmente desproporcional. Nós fazíamos os estudos, e, na época, houve o alagamento dessa área. Em relação à questão das Áreas de Preservação Permanente, as cotas foram determinadas e tiveram que ser aumentadas.

Tudo isso é no decorrer do empreendimento, e, às vezes, o IBAMA intervém, fazendo autuações. Na licença, quando é renovada ou, no caso, quando passa do momento da LI para a LO, vão condicionantes para tentar justamente sanar essas questões que vão surgindo, conforme a instalação de uma hidrelétrica. O empreendedor é notificado, e o IBAMA, na sua competência, tenta fazer as devidas autuações junto aos empreendedores.

Há uma situação, por exemplo, em que a vazão é extrapolada. O deslocamento das cotas foi devido a observações que o IBAMA fez, nesse caso específico. A interdição da BR ocorreu na época, e também o alagamento de



propriedades e atingimento de áreas, de distritos. Na época, Jaci e Abunã, em Porto Velho, foram atingidos. Houve a propositura de ação civil pública do Ministério Público, que, como já disse, é bem atuante.

Alguns critérios ambientais são avaliados. Quando ocorre uma supressão, é feita a modelagem de qualidade de água, a modelagem hidráulica, verifica-se a questão da navegabilidade da região, o patrimônio natural da região, que é a beleza cênica, o aproveitamento da madeira que vai ser fruto daquela supressão, os riscos operacionais que vão ocorrer na área e toda a questão da complexidade aquática existente na região.

Quando ocorrem essas situações, nós temos várias dificuldades quanto à destinação da madeira, em específico. O quantitativo da madeira que é gerado é uma dificuldade que existe no empreendimento; falta de absorção do mercado local dessa madeira que é suprimida, e a descontinuidade de fornecimento também é outro revés.

Para encerrar, essa foi uma situação do fluxo populacional que ocorreu em Belo Monte. Temos aí o Bairro Jardim Independente I. Ocorre que o empreendimento atrai muitas pessoas para ajudarem na sua construção, entre outras atividades. Ocorre que a responsabilidade de fiscalizar os órgãos é da Prefeitura e do Governo, no caso. Por exemplo, quanto à questão do saneamento básico, aqui temos uma situação em que vemos claramente que o Município e o Governo do Estado não atuaram. Às vezes, o IBAMA sofre determinadas interferências como se fosse obrigado a praticar esses atos. O IBAMA faz a fiscalização rigorosa desses empreendimentos e tenta, de forma coesa, responsabilizar, no caso, as empresas por toda situação que ocorra em determinado empreendimento.

Aqui é outra situação em que ficou bem claro que a Prefeitura era obrigada a construir o hospital e a fazer o saneamento básico, mas quem fez foi a empresa.

Para finalizar a minha participação, eu deixo aqui um questionamento sobre o limite de atuação do poder público e das empresas. Eu quero que isso fique claro para que todos analisem essa questão. O IBAMA está presente tentando fiscalizar e, da melhor forma possível, cumprir suas obrigações.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Muito obrigado, Raul.

Informo as pessoas que estão em pé, para que fiquem mais à vontade, que este Seminário está sendo transmitido pelo telão no Plenário 2. Inclusive, na próxima Mesa, depois do almoço, nós vamos mudar para aquele plenário porque é maior.

Com a palavra o Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do Ministério de Minas e Energia, por 10 minutos.

**O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** - Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela iniciativa. Parece-me que diversas instituições colaboraram para a organização do Seminário. Estão todas de parabéns.

De fato, na programação distribuída pela Câmara dos Deputados, está escrito Ministério do Meio Ambiente. Ocorre que estou emprestado do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério de Minas e Energia.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo, já trouxe palavras importantes relacionadas ao planejamento energético, principalmente no que se refere à matriz e à Secretaria de Planejamento Energético. De fato, essa Secretaria do Ministério de Minas e Energia é o local em que se discutem essas fontes alternativas de energias, como fotovoltaica e geração eólica, e as eventuais alternativas em relação às hidrelétricas.

Nessa Mesa, cujo tema é *Aspectos Críticos, Planejamento, Licenciamento de Hidrelétricas*, cabem poucas palavras ao Ministério de Minas e Energia, talvez apenas pequenos esclarecimentos. Cabe-nos muito mais ouvir, colher informações, aprender com todos os especialistas que vão dar sequência ao Seminário na tarde de hoje, em que cada um vai explorar esses aspectos críticos.

Muitos me conhecem pela minha experiência no IBAMA. Sou Analista Ambiental do IBAMA, trabalhei por 9 anos com licenciamento ambiental. Portanto, conheço bem o processo de licenciamento ambiental.

Eu pontuaria, dentro das hidrelétricas da Amazônia, três assuntos que estão sempre em bastante evidência nesse processo de licenciamento: componente ambiental, componente social e componente território. Cada vez mais temos, para o setor elétrico, uma complexidade maior ao lidar com o componente social. Este Seminário é superimportante justamente para o setor elétrico capturar as



impressões em relação às limitações do processo hoje, como ele é implementado, para que possamos incorporar aos nossos procedimentos.

Baseado nas experiências e nas dificuldades vivenciadas na implantação dos projetos, o Ministério recentemente contratou uma consultoria — vencedora no consórcio composto por alguns consultores — para estudar exatamente como melhorar a relação do empreendimento com a região de inserção desse empreendimento.

Embora essa não seja uma complexidade exclusiva da Região Amazônica, qualquer hidrelétrica em qualquer região do Brasil demanda esse tipo de esforço da região que recebe o empreendimento, tendo em vista que são obras de grande proporção. O Ministério contratou, portanto, esse estudo, que está na fase inicial de execução. O contrato iniciou-se no mês de novembro, e teremos, nos próximos 10 meses, a elaboração desse estudo destinado justamente a oferecer propostas de aperfeiçoamento dos procedimentos no que se refere à inserção dos empreendimentos nas regiões.

O planejamento do setor elétrico já é bastante conhecido e vivenciado por todos e tem quatro etapas: inventário, viabilidade, projeto executivo e operação. Em relação ao licenciamento, o projeto é individualizado a partir da viabilidade. Eu acho que aqui talvez o aprendizado e a tarefa sejam justamente como fazer melhor a transição entre planejamento e licenciamento.

Aproveito a oportunidade para comentar a fala do Dr. Felício Pontes em relação à importância dos procedimentos de oitiva. O Dr. Felício manifestou, na avaliação dele, que isso deveria ocupar um momento no processo de licenciamento. Acho que talvez esteja aí justamente um dos exemplos de procedimento que caberia na transição entre planejamento e licenciamento, até porque o objeto da consulta muitas vezes extrapola um projeto específico, que é o objeto do licenciamento. À medida que o processo de licenciamento é aberto, uma série de investimentos é feita em relação ao processo, investimentos esses que podem ser perdidos, conforme o resultado da oitiva.

Acho que a definição de um procedimento, que atenda as exigências da OIT e da Constituição Federal, é importante para o setor elétrico. A previsibilidade e a segurança jurídica são dois valores que os investidores prezam muito, e eles exigem



também do Poder Público essa previsibilidade, para que possam investir nos projetos em nosso País. De fato, é uma agenda importante.

Destaco minha participação, no dia 24, há 10 dias, de uma reunião na Casa Civil. Na verdade, era uma reunião de retomada de discussões em relação a esse procedimento para implementar a Convenção nº 169, da OIT, e os procedimentos de oitiva. Provavelmente, a Casa Civil vai retomar essa discussão. Claro, isso é uma agenda que extrapola o setor de energia e mineração, embora a Constituição Federal seja mais direcionada a esses dois setores. A Convenção nº 169 é mais ampla. Estamos envolvidos nessa discussão na Casa Civil.

Sr. Presidente, mais uma vez agradeço o convite. Estamos aqui para ouvir, observar e registrar as informações para que possamos levar para casa, debruçarmos sobre essas questões e oferecermos ao País um procedimento que seja bom para todos os envolvidos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Muito obrigado, Dr. Thomaz Miazaki de Toledo

Concedo a palavra ao Dr. Maurício Torres, pesquisador e Professor Colaborador da UFOPA — Universidade Federal do Oeste do Pará.

**O SR. MAURÍCIO TORRES** - Bom dia!

Sr. Presidente, quero agradecer muito o convite que me foi feito e parabenizar os organizadores pelo evento.

Acho que todo mundo se lembra da famigerada Operação Eldorado, em 2012, que culminou na execução de Adenilson Kirixi Munduruku.

Em 2013, a Hidrelétrica Teles Pires explodiu as cachoeiras de Sete Quedas.

No mês passado, a irmã de Adenilson Krixi, Valmira Krixi, disse, numa angústia impressionante, que o Governo matou seu irmão e que os mortos iam para a cachoeira de Teles Pires. E ela me disse o seguinte: *“E o mataram no espírito também, quando explodiram a cachoeira de Teles Pires”*.

Explodiram uma obra licenciada pelo IBAMA, sem consulta prévia, que recentemente foi julgada em segunda instância, quando foi evidenciada a ilegalidade do processo. E, ainda assim, nós ouvimos aqui que os empreendimentos licenciados



precisam estar rigorosamente dentro da lei. Perdoem-me, mas nós precisamos enfrentar a questão com um pouco de honestidade. (*Palmas.*)

Os fluxogramas apresentados são fantásticos, mas as obras começam com o anúncio da data do leilão. O primeiro passo do fluxograma é o anúncio da data do leilão, depois, começa o fluxograma, que foi apresentado com o resultado anunciado. O leilão já foi anunciado com a data antes mesmo de começarem os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental!

Então, se nós queremos enfrentar a questão, nós temos de ser francos e dizer que nós vivemos um processo de licenciamento cosmético! Ele é absolutamente cosmético, e o povo munduruku soube disso.

Segundo a pesquisadora Rosamaria Loures, quando os mundurukus ocuparam Belo Monte, eles ouviram de uma liderança arara: *“Se vocês querem parar o empreendimento, vocês tem que parar o processo de estudo, porque se o estudo for feito, o IBAMA vai licenciar”*. O licenciamento é um *checklist* em que eles conferem se há os documentos com aqueles nomes.

Então, os mundurukus começaram um processo de luta colocando a própria vida no enfrentamento para deter os estudos das hidrelétricas no Tapajós antes que houvesse a consulta prévia, conforme garante a lei. Ou seja, eles começaram a empreender um processo de luta exigindo pura e simplesmente o cumprimento da lei.

A violência que esse povo sofreu nesse processo de enfrentamento foi impressionante. Eu estava lá no Tapajós e vi como foram feitos os estudos das Usinas de São Luiz e de Jatobá, sob a escolta de mais de 200 homens do Exército, da Força Nacional de Segurança e de outras instituições militarizadas.

Eu me questiono sobre como um estudo que ignora 10 mil anos de conhecimento acumulado pode ter legitimidade. Um estudo feito sob a escolta de metralhadora não é um estudo, porque despreza, porque, necessariamente, exclui 10 mil anos de saber acumulado sobre a região, que é o saber dos povos e comunidades tradicionais que ocupam aquela região.

Enfim, esse enfrentamento munduruku, um dos processos de resistência mais heroicos a que eu assisti — sem dúvida, quando o povo munduruku empreende isso, ele já vem com uma experiência acumulada dos povos do Xingu, do Madeira e



de tantos outros —, possibilitou o atraso no processo de licenciamento. Eles atrasam o processo de licenciamento. E o que começa a acontecer? Uma crise econômica em que o Estado para de ter dinheiro.

Antes mesmo do Sr. Joaquim Levy assumir como Ministro, no segundo mandato da Presidente Dilma, ele anuncia: *“Não vai mais ter dinheiro público para obras de hidrelétrica”*. E temos uma contradição. Trata-se de uma guinada neoliberal do PT atrasando o próprio projeto do capital. Isso não deixa de ser contraditório.

Isso acontece. Vem a Operação Lava-Jato, vem uma série de outras coisas e se descortinam enormes esquemas de corrupção ligados às hidrelétricas, o que nos faz entender muito claramente a coerência de se fazer o anúncio do leilão ser feito antes dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Agora, tudo isso forma uma série de contextos.

Há pouco, o Titan nos disse que o processo foi arquivado porque não tinha dinheiro. Não é só isso. Trata-se de uma série de elementos que se somam.

Reconheçamos o mérito enorme do povo mundurucu: Se não fosse a resistência do povo mundurucu, esse processo já estaria licenciado em 2012, em 2013. (*Palmas*). Já estaria licenciado e não cairia nessa crise generalizada, nesse contexto, que faz com que torne possível o arquivamento, que torne possível o cenário, que sejam possíveis ter decisões técnicas. Aí, sim, temos uma situação de exceção, onde a decisão técnica é possível. O absurdo é ser um estado de exceção, é ser uma condição de exceção.

Nesse processo, o povo mundurucu foi extremamente criminalizado, violentado. E não foi só o povo mundurucu. Reconheçamos a aliança enorme que foi feita com os beradeiros da outra margem do rio — não é, capitão? —, que lutaram juntos.

Quando os mundurucus ocuparam Belo Monte, foi junto um beradeiro do outro lado do rio, chamado Chico Catitu. E eu lhe disse: *“Chico, cuidado! O senhor não é índio. A chance do senhor levar bordoadas é pior”*. Ele me disse: *“Eu preciso ir”*.

Há mérito nessa aliança que se constrói. Às vezes, sinto-me idiota de dizer isso — desculpem-me —, mas me sinto extremamente otimista. Apesar desse cenário tenebroso, a onipresença desse inimigo comum faz com que brote o



alinhamento que vemos aqui de grupos indígenas de diversas partes, de diversas línguas, de povos indígenas tão distintos, de beradeiros, de seringueiros, de castanheiros, que vêm se alinhando em uma luta igual. E esse alinhamento político se faz porque o inimigo comum se faz onipresente.

Mundurucus e beradeiros, há duas gerações, estavam guerreando por um território, e hoje estão aliados diante de um inimigo comum.

Nesse sentido, eu os parabenizo muito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Maurício.

Passo a palavra para o Sr. Titan de Lima, Gestor Ambiental, especializado em Legislação Ambiental e Assessor Técnico da bancada do Partido dos Trabalhadores, na Câmara dos Deputados.

**O SR. TITAN DE LIMA** - Boa tarde a todas e a todos! Vou falar de pé, porque é melhor. *(Pausa.)*

Agradeço o convite a V.Exa., Deputado Nilto Tatto. Vou fazer a explanação sobre licenciamento ambiental à luz da lei que criou o Programa de Parcerias de Investimentos — PPI, tema que ainda não foi abordado como deveria ser, inclusive nem ainda na academia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Antes de entrar propriamente no assunto — como vou fazer a demonstração do desmonte da legislação ambiental —, é sempre bom lembrar algumas coisas básicas, como, por exemplo, o objetivo da legislação ambiental:

A legislação ambiental tem por objetivo principal assegurar a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. É importante lembrar o caminho da prosa.

A composição do edifício jurídico ambiental brasileiro é a seguinte: dispositivos constitucionais, leis, convenções internacionais, decretos, portarias e resoluções. É importante também lembrar disso aqui no decorrer da nossa prosa.

Chegamos à Lei nº 13.334, de 2016, que foi o primeiro ato do Governo do Presidente “Fora Temer”.



A Lei nº 13.334, em seu art. 1º, § 1º, I, diz:

*“Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa de Parcerias de Investimentos — PPI, destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio de celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestruturas e de outras medidas de desestatização.*

*§1º Podem integrar o PPI:*

*I - os empreendimentos públicos de infraestrutura em execução ou a serem executados por meio de contratos de parceria celebrados pela administração pública direta e indireta da União; (...).”*

Ora, resta evidente que as novas obras de infraestrutura do setor elétrico fazem parte do PPI, e o licenciamento ambiental delas é fundamental para a sua execução. E baseado em tudo o que já ouvimos aqui, principalmente do Prof. Maurício, eu lhe disse: *“É tudo isso e ainda vai ficar pior!”* Ele tem razão, e vai ficar pior.

Vejamos o que dizem os arts. 2º e 3º, da Lei do PPI. Eles sacramentam que não há espaço para gestão ambiental eficiente dos projetos do PPI, sendo que a responsabilidade ambiental não faz parte de seus objetivos, muito menos de suas diretrizes de implantação. Não há pensamento ambiental no PPI. Como provamos isso? Com base nos arts. 2º e 3º da Lei nº 13.334, de 2016:

*“Art. 2º. São objetivos do PPI:*

.....  
*IV - assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos;*  
.....

*Art. 3º. Na implementação do PPI serão observados os seguintes princípios:*



*I - estabilidade das políticas públicas de infraestrutura;*

*II - legalidade, qualidade, eficiência, transparência da atuação estatal; e*

*III - garantia de segurança jurídica aos agentes públicos, às entidades estatais e aos particulares envolvidos.”*

A gestão ambiental passa ao largo, sobre ela não há nada. A gestão ambiental não é nem objetivo nem princípio do PPI.

Mas, como nessa vida tudo pode ficar pior, além disso, observa-se o poder do Conselho Gestor do PPI em editar normas para a implantação dos empreendimentos visando a *“eliminação de barreiras burocráticas à livre organização da atividade empresarial”*. É quase poético, mas é um mando legal.

*“Art. 6º. Os órgãos, entidades e autoridades da administração pública da União com competências relacionadas aos empreendimentos do PPI formularão programas próprios visando à adoção, na regulação administrativa, independente da exigência legal, das práticas avançadas recomendadas pelas melhores experiências nacionais e internacionais, inclusive:*

*I - edição de planos, regulamentos e atos que formalizem e tornem estáveis as políticas de Estado fixadas pelo Poder Executivo para cada setor regulado, de forma a tornar segura sua execução no âmbito da regulação administrativa, observadas as competências da legislação específica, e mediante consulta prévia;”*

Ora, essa é outra poesia, porque imediatamente depois, no inciso II, ele fala em *“eliminação de barreiras burocráticas à livre organização da atividade empresarial”*. Então, tudo o que foi citado anteriormente é poesia, e de mau gosto. Não é nem uma poesia boa.

Vejamos o que o art. 7º diz:



*“Art. 7º. Fica criado o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República — CPPI, com as seguintes competências:*

.....  
*IV - formular recomendações e orientações normativas aos órgãos, entidades e autoridades da administração pública da União.”*

Isso quer dizer que eles vão fazer o *fast track* lá. O Conselho do PPI, por essa lei, pode fazer regramento específico de licenciamento ambiental para os empreendimentos que estiverem no PPI. No PPI vão caber hidrelétricas, portos, aeroportos e estradas.

Segundo um dado do Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC, só na região da Amazônia há 45 mil projetos de infraestrutura, entre portos, hidrovias e hidrelétricas. São 45 mil. Vamos supor que, nesse universo de 45 mil, o Conselho do PPI ache que 10% são bons projetos. O resultado é que 450 projetos estarão dentro da regra do PPI, o que já causa um impacto relativamente grande.

Por fim, o art. 17 do PPI deixa claro a que veio: ele veio para o *fast track*. Como não?

*“Art. 17. Os órgãos, entidades e autoridades estatais, inclusive as autônomas e independentes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com competências de cujo exercício dependa a viabilização de empreendimento do PPI, têm o dever de atuar, em conjunto e com eficiência, para que sejam concluídos, de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento, todos os processos e atos administrativos necessários à sua estruturação, liberação e execução.”*

Não se ouve falar em licenciamento ali, nem em debate. Nada! Diz apenas que tem que ser feito.

O § 1º mata a pau:



“Art.17 .....

§ 1º. *Entende-se por liberação a obtenção de quaisquer licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais e títulos equivalentes, de natureza regulatória, ambiental, indígena, urbanística, de trânsito, patrimonial pública, hídrica, de proteção do patrimônio cultural, aduaneira, minerária, tributária, e quaisquer outras necessárias à implantação do empreendimento”.*

Liderou geral! Liberou geral! O empreendimento tem que ser feito, tem que acontecer, e dentro dos moldes do *fast track*.

“§ 2º Os órgãos, entidades e autoridades da administração pública da União com competências setoriais relacionadas aos empreendimentos do PPI convocarão todos os órgãos, entidades e autoridades da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que tenham competência liberatória, para participar da estruturação e execução do projeto e consecução dos objetivos do PPI, inclusive para a definição conjunta do conteúdo dos termos de referência para o licenciamento ambiental.”

Ora, a União vai mandar para o Município e para o Estado a informação de como tem que ser feito para liberar o PPI. Quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais — IBAMA não tiver a competência para fazê-lo, quando for empreendimento com caracterização de impacto regional, o IBAMA vai dar o termo de referência. Dentro do modelo do PPI, não é o IBAMA, é o tal Conselho do PPI. Deu-se uma escanteada no IBAMA, vai se dar uma escanteada no Estado e ainda vai se dar uma pisadinha no Município, de quebra.

O art. 17 da inquinada lei obriga a administração pública direta e indireta, de todos os entes federados, a renunciar aos princípios administrativos esculpidos no art. 37 da Constituição Federal de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e a abdicar da observância das normas e condicionantes ambientais, tudo



de modo a agilizar e viabilizar, sem maiores amarras legais, os empreendimentos contemplados no PPI.

E mais: além das questões ambientais, outras temáticas constitucionais são mitigadas com a referida Lei nº 13.334, de 2016, como as indígenas, urbanísticas, de trânsito, patrimonial pública, hídrica, de proteção do patrimônio cultural, aduaneira, minerária, tributária e quaisquer outras necessárias à implantação e à operação do empreendimento.

Essa lei é muito complicada, porque a questão ambiental não consta só no art. 225 da Constituição Federal. Há um princípio basilar no art. 170 que estipula a ordem econômica nacional, subordinando-a à proteção do meio ambiente. Isso é claro! Por que tem que ser assim? A partir do momento em que o art. 225 diz que *“todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado”*, nós não podemos consentir que exista uma ordem econômica que não respeite esse equilíbrio. A Constituição Federal é coerente, o seu art. 225 dá proteção e o art. 170 diz que a ordem econômica está subordinada a essa proteção. Isso é muito importante. Mas a Lei do PPI literalmente escanteia todo o ordenamento jurídico constitucional nacional e toda a escadinha que mostrei. Escanteia tudo.

Contudo, nós temos que lembrar que neste Governo tudo é combinadinho, principalmente com a iniciativa privada. Na sequência, eles editaram a Medida Provisória nº 752, de 2016, que está em tramitação. O que esta medida provisória faz? Ela faz a chamada *“relicitação”*. O que é uma *“relicitação”*? Se um empreendedor de hidrelétrica recebeu a concessão no Governo Dilma, mas essa concessão o apertou, ele diz: *“Isso está me dando problema para garantir a viabilidade financeira”*. Então, o empreendedor não entrega a concessão, porque o empreendimento vai ser *“relicitado”*, e o empreendedor poderá voltar ao processo com bases melhores, à luz desse novo Governo.

Ao propor a *“relicitação”*, o art. 8º da Medida Provisória nº 752, de 2016, diz que *“caberá ao órgão ou à entidade competente apresentar estudo técnico que fundamente as vantagens das prorrogações do contrato de parceria em relação à realização da nova licitação para empreendimento”*.

Olhem que interessante:

*“Art. 8º.....*



.....  
§ 1º *Sem prejuízo da regulamentação do órgão ou da entidade competente, deverão constar no estudo técnico de que trata o caput:*  
.....

*V - as diretrizes ambientais, quando exigíveis, observado o cronograma de investimentos.”*

Ora, agora a condicionante ambiental depende da capacidade de pagamento do empreendedor? Então, não é condicionante ambiental, é condicionante financeira de quebra-galho! Se o empreendedor não tem capacidade para atender a exigência de medidas mitigatórias, muito menos terá para tocar uma hidrelétrica, para tocar uma estrada e, quiçá, um porto. É um absurdo não se garantir que as exigências ambientais tenham que estar ali com um peso igual ao cronograma de investimento.

A Lei nº 13.334, além de matar todos os princípios que nós já vimos, mata a pau os principais princípios da nossa Constituição Federal: o de prevenção e o de precaução. Não vai existir prevenção! Não vai existir precaução! Vai ser o *fast track*, modelo americano de licenciamento. Participação social que nada! Participação política que nada! Participação de órgãos e entidades de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA? Também esqueçam! É a cabeça do Conselho do PPI que manda. Matou, acabou com os nossos princípios constitucionais gerais.

O meu nome é Titan Lima, sou gestor ambiental e assessor técnico da Liderança da bancada do PT.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Titan.

Nós ainda dispomos de 1 hora para os debates. Peço a quem quiser fazer perguntas ou colocações que digam nome e procedência.

**A SRA. ALESSANDRA** - Bom dia a todos.

Vocês falam tão bonito que, às vezes, eu não entendo nada e tenho que perguntar para a parceira Antônia Melo.



Meu nome é Alessandra, sou do povo munduruku, sou chefe das mulheres do Médio Tapajós. Venho acompanhando o tio Juarez, munduruku, da terra Sawré Muybu.

Nós, os indígenas, ribeirinhos e pescadores moramos lá e sabemos o que estamos passando. Vocês de Minas e Energia, do IBAMA e do Meio Ambiente vivem sentados aí sem saber o que está acontecendo lá na Amazônia. Eu sei que a Amazônia não vai prejudicar só a gente indígena e os ribeirinhos, vai prejudicar também o planeta todo com a questão do aquecimento global.

Nós vamos ser dispensados, vamos ser alagados. Os nossos peixes estão sendo destruídos, a nossa mata está sendo morta, os nossos porcos estão sendo mortos. Mas ninguém sabe o que o Meio Ambiente está fazendo, o que o IBAMA está fazendo. Chegam dizendo que vai ser feita a implantação de algo, sem consultar os povos indígenas, sem nos consultar, sem saber como nós vamos passar por tudo isso.

Fazer no papel é fácil. Eu quero ver vocês saindo daqui e indo aonde nós moramos, indo aonde nós vivemos, onde o rio é limpo. Nós vivemos na mata cheia de bichos, cheia de plantação, onde a nossa floresta nos dá tudo. A nossa floresta é o nosso supermercado. O nosso rio é a grande mãe, de quem nós dependemos para nos defender. É por ela que nós temos que estar aqui lutando.

Nós saímos da nossa casa, passamos 3 dias de viagem, mais dias aqui sem ter um peixe para comer. Isso é um sofrimento para quem vem lá do mato.

Para vocês, é fácil chegar aqui e dizer: "*O plano está aqui. Nós vamos fazer lei. Aqui há uma lei*". Isso é fácil para vocês. Para nós não é fácil viver lá sabendo que vai haver desmatamento, que nós vamos ser expulsos, que nós vamos ser alagados.

Será que nenhum de vocês pensou em tudo que pode acontecer com o planeta? Será que os Deputados aqui sabem o que é viver na natureza? Ou vocês vivem trancados? Acabam com a vida dos povos, com a vida do povo munduruku e com a vida dos ribeirinhos, como se lá não houvesse vida. Lá existe vida! Eu sou uma prova disso, o Juarez é uma prova disso, o Ageu é uma prova disso, a Antônia é uma prova disso. Todos os povos que vivem lá na Amazônia são prova disso, e por isso estamos brigando. Lá não existem só animais. Nós temos que nos



defender, defender o nosso território, defender o nosso rio e defender a nossa floresta. Que isso sirva de exemplo!

Vocês falam tanto de desenvolvimento! Que desenvolvimento vocês querem para a nossa Amazônia? Que desenvolvimento vocês querem para os povos de lá? Que eu saiba, existe lei. Para isso vocês Deputados estão aqui. Nós vemos sempre na TV, direto, que vocês são um bando de corruptos, para mim! (*Palmas.*)

Vivemos num lugar desse e não temos autonomia para falar: *“Eu quero um hospital bom. Eu quero uma educação boa. Eu quero uma estrada boa”*.

Será possível que nós seres humanos só servimos para destruir a natureza? Será que o planeta precisa de energia? Para que existe Belo Monte? Para que existe a Usina de Tucuruí? Não servem para nada! Para alguns ribeirinhos e alguns reassentamentos pagarem caro? Para quem? Para vocês que querem dinheiro? Para pagar a grande indústria que está tendo petróleo aí e outras coisas grandes que eu não entendo muito bem? Mas nós estamos lá, gente!

Minas e Energia, vocês estão acabando com a vida da gente! Vocês estão acabando com a Amazônia!

IBAMA, vocês não têm autonomia para parar? Vocês proíbem o pescador de pescar, vocês proíbem os ribeirinhos de plantar roça (*palmas*), mas vocês não proíbem a grande destruição que está acontecendo agora. Vocês não têm autonomia para isso? Vocês têm que mostrar para o Brasil: *“Nós vamos lutar pela Amazônia”*, como o mundo todo está fazendo. Eu vejo na televisão o pessoal de fora fazendo placa solar, fazendo alguma coisa para não destruir florestas, porque já destruíram tudo. E agora vocês querem destruir a Amazônia.

Vocês têm que analisar que nós indígenas, nós ribeirinhos, nós que moramos na Amazônia queremos ter vida: uma vida de paz, uma vida sem precisar sair da nossa casa para vir aqui mostrar que nós existimos. Nós queremos ter vida, mas não uma vida de destruição da nossa terra nem uma vida de destruição do nosso território nem uma vida de destruição do nosso rio.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Alessandra.

Estão inscritos o Victor Fasano, o Edilberto Sena, o Rogério Höhn, o Iremar, o Giliard Juruna, o Tiago e o Ageu, de Montanha Mangabal.



Durante a fala do Victor Fasano, quem quiser pode se inscrever. Depois vou encerrar e voltar a palavra para a Mesa, por causa do horário.

Tem a palavra o Victor Fasano.

**O SR. VICTOR FASANO** - Boa tarde a todos. Meu nome indígena é Wilkamasan, mas todos me conhecem por Victor Fasano. Eu sou descendente dos tupinambás do sul do País.

Tenho contato com hidrelétricas desde muito novo. Quando eu tinha 14 anos, 15 anos, meu pai trabalhava na Itaipu Binacional, e desde aquele tempo ouvíamos: *“Os direitos serão respeitados, a natureza será preservada, os animais serão coletados e reintroduzidos em outros locais”*. E eu questionava o meu pai: *“Mas e as terras? E as pessoas? E as árvores?”* Ele respondia: *“Tudo vai ser pensado”*. No entanto, as terras mais férteis deste País hoje estão debaixo de uma lagoa.

E aí veio Tucuruí, veio Jirau, vieram outras hidrelétricas e veio Belo Monte, contra a qual nós lutamos tanto. Todo o mundo sabe os efeitos ambientais danosos que elas causam. Todo o mundo sabe! Isso é mais do que discutido. Os órgãos do Governo fazem os RIMAs — Relatórios de Impacto Ambiental, e isso fica claro para todo o mundo.

Eu me sinto aviltado como cidadão por estar dentro desta e de outras tantas Comissões como esta de que eu participei e ouvir dos diversos órgãos do Governo: *“Nós somos do Minas e Energia e concordamos. Respeitamos os povos, respeitamos as iniciativas das ONGs e tudo o mais, mas teremos que construir hidrelétricas”*. Vocês entendem isso? Eu não consigo entender. Se ele está dizendo que vai respeitar a opinião dos povos e dos RIMAs que são feitos e, no momento seguinte, fala que as hidrelétricas serão construídas, eu estou me sentindo um idiota aqui, me desculpem! (*Palmas.*)

Eu ouço — não é nada pessoal — o representante do IBAMA falar belissimamente: *“Nossa, a gente tem que seguir esta regra e esta outra regra. Os animais isso, os povos aquilo”*. Mas não funciona! Não funciona! Funciona?!

Eu pergunto: quantas hidrelétricas ainda terão que ser construídas no País e na Floresta Amazônica para se provar que elas são ineficientes e só degradam o meio ambiente, destroem as populações ribeirinhas e os povos tradicionais, sem



pensar em nada? Até quando nós continuaremos convivendo com isso? É uma pergunta que faço a todos vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Victor Fasano.

Agora passo a palavra ao Edilberto Sena.

**O SR. EDILBERTO SENA** - Sou de Santarém, do Tapajós. Sou do Movimento Tapajós Vivo e tenho algumas perguntas. Uma pergunta eu faço ao Felício Pontes, meu companheiro e amigo.

Fiquei entusiasmado com o que tu falaste, mas fiquei com uma pulga atrás da orelha com o teu final. Eu copieei aqui. Tu disseste: *“A partir de agora é impossível uma hidrelétrica sem consulta prévia”*. E eu fiquei pensando: *“Mas é verdade?”* E o que tu acabaste de falar da suspensão de segurança? Como é que de agora em diante não é mais possível hidrelétrica sem consulta prévia, se tem o diabo da suspensão de segurança? Esta pergunta é para o Felício.

Para o Raul Trindade tenho duas perguntas. Mano velho, escuta só: como o IBAMA vai sustentar o arquivamento do licenciamento do Tapajós, se está surgindo informação de que o teu Governo vai desarquivar o licenciamento ambiental do Tapajós? E a segunda pergunta que faço para ti mesmo é sobre o desastre em Teles Pires, o derramamento de óleo. O IBAMA andou fazendo um sobrevoo lá, mas até agora — eu não ouvi nada sobre isso, mas pode ser que seja eu o desinformado — não se sabe qual foi a causa do derramamento de óleo nem quem vai pagar o prejuízo. Esse óleo vai chegar a Santarém também, porque o Teles Pires alimenta as águas do Tapajós. Então faço estas perguntas ao senhor, para, se possível, responder: quais são as causas do derramamento de óleo em Teles Pires e quem vai pagar o prejuízo?

E, confesso, Fasano, que me jogou água gelada ouvir o depoimento de um deles dizendo que esse tal PPI é realmente uma desgraça, e nós estamos lutando contra a parede. Mas eu creio que os mundurukus têm consciência de que a defesa do Rio Tapajós e do nosso território não depende só deles, depende também dos beradeiros, do pessoal das cidades de Itaituba, de Jacareacanga, de Santarém, das comunidades urbanas e rurais. Só na medida em que nos unirmos nós vamos impedir essa desgraça que está acontecendo.



As perguntas estão no ar. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Edilberto.

Tem a palavra o Rogério Höhn.

**O SR. ROGÉRIO PAULO HÖHN** - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Rogério. Sou da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens, movimento que tem mais de 25 anos de história na luta pelos direitos das populações atingidas por barragens. É um movimento nacional que luta não somente a partir da construção, mas antes mesmo da ideia da construção da usina hidrelétrica ou das usinas hidrelétricas.

Eu tenho uma pergunta, primeiro, para o Felício. Antes, quero parabenizá-lo pela atuação junto ao Ministério Público, sabendo de todos os limites que tem. Ele trata muito bem essa questão da consulta prévia às populações, e a minha pergunta vem nesse sentido. Compreendendo que os projetos hidrelétricos são uma definição que vem de fora dos territórios, que vem de cima para baixo, e a Amazônia também está nesse contexto, como garantir que a consulta prévia seja, depois, respeitada pelos órgãos de Governo e pelas empresas? Entendo que uma coisa são as consultas prévias, outra coisa são os mundurucus dizerem que não querem usina hidrelétrica. Até que ponto pode um marco legal determinar que seja respeitado o resultado da consulta e não se construa a usina, no caso de a população entender que não deve ser construída?

A segunda questão eu ia fazer na outra Mesa, mas vou fazê-la agora, porque na outra não vai haver ninguém do Ministério de Minas e Energia. Sei que tu és novo no cargo, mas veja bem: a norma legal que define o conceito de atingido por barragem no Brasil é de 1941: o Decreto-Lei nº 3.356, que define como atingidos por barragens somente os proprietários de terras. E isso já é um problema sério.

Em 2010, o Decreto nº 7.342 definiu o cadastro socioeconômico de famílias atingidas por barragem — 2010! Ainda em 2010, o Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana fez um estudo em usinas hidrelétricas no País e constatou a violação de direitos humanos, ou seja, constatou que a construção de barragens no Brasil é um padrão de violação de direitos humanos. Essa foi a definição dada por esse Conselho. Em 2012, um grupo interministerial, incluindo o Ministério de Minas e Energia, privatizou esse cadastramento.



Minha pergunta: como não há um marco legal para definição do conceito de atingido por barragem no Brasil, qual é a posição deste Governo, da equipe de vocês, com relação à Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens — PNAB, que está em tramitação no Congresso e garante à população o direito de ser consultada num processo de empreendimento hidrelétrico e estabelece normas para os casos de reparação de perdas? Hoje, quem define esse padrão de reparação são as empresas que constroem as barragens, o que é um grande problema. Então, como vocês veem isso e em que medida isso tem avançado ou não tem avançado no Ministério de Minas e Energia? Para nós, esse é um dos grandes entraves para o avanço socioambiental na construção de usinas hidrelétricas.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Rogério.

Tem a palavra o Iremar, do Rio Madeira.

**O SR. IREMAR FERREIRA** - Obrigado.

Primeiramente, quero parabenizar por esta iniciativa a Comissão e toda a equipe organizadora. Também vou ser bem direto. Farei uma questão para o IBAMA e outra para o Ministério de Minas e Energia.

Eu venho lá da beira do Rio Madeira, onde estamos com a população e o rio agonizando, diante das violações de direitos ocorridas desde o início dos estudos por falta de transparência do que iria acontecer naquela região. E essa falta de transparência continua até hoje. Reconhecemos a fragilidade do IBAMA, desde o início, no que diz respeito a ter uma equipe para acompanhar esse processo. E isso tem deixado um rastro de falta de compromisso com as violações das condicionantes, que começa, principalmente, pelas condicionantes sociais, já que um dos pontos mais frágeis no processo de licenciamento é considerar as pessoas, considerar a cultura das pessoas.

Matam-se cachoeiras como se fossem simplesmente pedras, como se um rio transpusesse pedras. Numa comunidade de Porto Velho, em Cachoeira de Santo Antônio, matou-se um santuário de vivência de religiões de matriz africana. Esse é só um ponto que eu gostaria de destacar nessa temática.



Se as condicionantes não são cumpridas, ou seja, se não se cumprem as pré-condições para garantir não só a emissão de uma licença, mas também para garantir a continuidade da licença, então, está na hora de olhar com carinho para Santo Antônio e Jirau, porque não estão cumprindo as condicionantes e nunca cumpriram, e paralisar aquilo.

O Ministério Público Federal, junto com o Ministério Público Estadual, em 2014, em decorrência da inundação, entrou com uma ação, cujo pedido de se refazerem os estudos foi concedido parcialmente, mas até agora nada aconteceu. Se recorreram à instância superior, contestaram os estudos e ganharam a causa, por que o IBAMA não entrou também nessa parada para dizer: “*Vamos refazer os estudos!*” Por que ficar alheio, se a temática ambiental está em jogo? É coisa do IBAMA!

E para onde vão os recursos das multas? Eles pagam as multas? Para onde vão os recursos das multas? A multa pelas mortes dos peixes, a multa por enterrar madeira na área de remanejamento. Para onde vão as multas? Nós não sabemos. É uma questão de transparência.

Ministério de Minas e Energia, também na questão de transparência, em que pé andam as negociações com o Governo da Bolívia, a Mesa de negociações entre brasileiros e bolivianos para a construção das Usinas Hidrelétricas de Ribeirão e de Cachoeira da Esperança? Nós só ficamos com o que noticia a imprensa. E é questão de transparência nos dar essa informação, para que possamos saber que desgraças querem fazer ainda na nossa Amazônia, na Bacia do Rio Madeira. Nós exigimos o mínimo de transparência nas informações!

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Iremar.

Passo a palavra agora ao Sr. Giliard Juruna.

**O SR. GILIARD JURUNA** - Vou fazer uma pergunta para o Raul, do IBAMA, sobre a questão da água, pois ele falou que estava acompanhando de perto.

Desculpe a minha ofensa, mas para mim isso é uma grande mentira! Eu moro do lado da Barragem do Pimental e vejo muitos peixes morrendo. Vimos dizendo que estão morrendo, e eles dizem que não há impacto nenhum. Sabemos a quantidade de peixes que morreram.



O rapaz falou sobre a questão de multas. Para onde vão essas multas? O recurso dessas multas deve ser destinado a essas pessoas que estão sendo impactadas. Se o peixe foi tirado da minha comunidade, naquela região, que essa multa seja para beneficiar aquele povo, porque é dali que está saindo, e não para o Governo. *(Palmas.)*

E outra coisa: quando falam de acompanhamento, sabemos que não temos acesso nenhum. Estamos presos. Não podemos nem pegar alimentos para a sobrevivência daquela comunidade. Estamos passando fome, porque não temos acesso, porque está tudo seco. Em nenhum momento o IBAMA chegou lá e disse para soltar mais água, para abrir o acesso. Não vemos esse acompanhamento do IBAMA ali.

Sobre a questão dos peixes que estão nos poços, uma equipe tem que ser contratada para fazer o resgate dos peixes, para fazer o acompanhamento indígena. Mas a empresa recusa esse acompanhamento do indígena. Onde está o nosso direito? Os peixes estão morrendo todos dentro dos poços, porque vão para lá, esperam a cheia para poder sair. Não estão fazendo acompanhamento do indígena, nem o IBAMA.

Os peixes estão todos morrendo. Esses peixes não têm comida na nossa região, porque está tudo seco. Os peixes vão comer pedra? Volta Grande é só cachoeira e pedra. Os peixes esperam a cheia para se alimentar e se manter no verão. Os peixes esperam a cheia para desovar. Isso não está acontecendo. Hoje você não encontra uma curimatá pequena, não encontra um peixe pequeno.

Então, essa hidrelétrica acabou com nossa vida! Nós sempre tivemos de onde tirar nossa sobrevivência. Hoje temos que comprar o alimento fora. E não temos nenhum projeto de geração de renda funcionando na nossa comunidade. Nós não temos nenhum banheiro dentro da nossa comunidade, por exemplo. Sempre eu falo que deveriam fazer Muratu de exemplo para as outras aldeias, ao menos uma aldeia, para dizer que lá nós temos escola, posto de saúde, saneamento bom, projeto funcionando. Mas não temos nada, porque moramos a 7 quilômetros da Barragem do Pimental.

Essa barragem acabou com tudo que é nosso. E está acabando com a única coisa que nos resta: nosso nome. A energia que temos dentro da nossa comunidade



tem que ser paga. Se não temos nenhuma renda, como vamos pagar energia? Além disso, temos que sujar nossos nomes. Ficamos com o nome sujo na praça! Além de acabar com nossas vidas, ainda vai acabar com nossos nomes! Deveria ser o mínimo ter energia de graça dentro das comunidades!

Vou dizer uma última coisa. Para mim é uma vergonha dizer que sou brasileiro, porque nós temos tanto dinheiro público para fazer coisas dentro das comunidades, das cidades, hospitais e tudo, e vemos na televisão só desvio de verba. Será que o dinheiro desses Deputados e desse pessoal daqui não dá para pagar? Será que o salário deles não é suficiente? Precisa desviar o que é nosso?

Muito poderia ser feito dentro das nossas comunidades, mas só vemos desvio de verbas. Quando o Deputado puxa um pouquinho, isso é desvio de verba. Quando o pobre puxa alguma coisinha, é ladrão. *“Prendam o ladrão!”* Mas, para eles, não; é desvio de verba. Então, é uma vergonha dizer que sou brasileiro! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Giliard.

Com a palavra o Sr. Jairo Narciso.

**O SR. JAIRO NARCISO** - Primeiro, quero agradecer a Deus por mais este momento.

Eu gostaria de fazer um reconhecimento e um agradecimento público à Procuradoria da República na Comarca de Sinop, no Estado de Mato Grosso, onde residio. Sou assentado e atingido pela UHE Sinop. A Procuradoria, em nome da Procuradora, Dra. Flávia Cristina Tavares Torres, ao longo desses 2 anos e meio, prestou um excelente trabalho e nos apoiou. Não tivemos ainda a oportunidade de conhecer o seu sucessor, mas tenho certeza de que ele também continuará esse trabalho, apoiando-nos juridicamente, dando total cobertura ao trabalho da Comissão e do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB, que se iniciou no ano de 2014, mas até agora ainda não temos uma solução concreta.

Temos avançado bastante com relação ao assentamento e à titulação, mas, com relação a reassentamento, até agora, não houve nada, devido a essa questão do Tribunal de Contas da União.

O que posso dizer ao longo dessa caminhada que tivemos nesses praticamente 2 anos e meio é que nós temos que buscar três ferramentas especiais:



conhecimento, enfrentamento e saber. Sem o saber e sem o conhecimento, vamos ficar completamente isolados.

Por que essas empresas, essas autoridades, que não olham para os mais fracos, fazem o que fazem, não cumprem as condicionantes, não cumprem os direitos difusos e coletivos da população? Porque, na verdade, a população não tem o devido conhecimento.

A partir do momento em que você tiver o conhecimento, a partir do momento em que você tiver o saber, a partir do momento em que você souber realmente o que está defendendo, aí sim, a coisa começa a mudar.

E essa é uma experiência que adquiri ao longo desses dois anos e meio, à frente da Comissão dos Atingidos, como militante do MAB. É o conhecimento que realmente nos liberta. É o conhecimento que faz com que as nossas palavras e as nossas ações tenham legitimidade perante todo esse complexo que aí está devastando tudo.

Conclamo toda a população a buscar o conhecimento, a buscar o enfrentamento. Só assim vamos ter o mínimo de vitória.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Jairo.

Com a palavra o Sr. Ageu Pereira, de Montanha e Mangabal.

**O SR. AGEU PEREIRA** - Bom dia a todos!

Sou do Alto Tapajós, onde vivemos em grande harmonia com a natureza.

Vou ser bem franco: quero falar diretamente ao Thomaz Toledo.

Se existem outros modelos energéticos para o País, por que acabar com os rios? Por que prosseguir com esses estudos, que todo mundo sabe que são uma desgraça total? Não existe desvio, não existe como essa história de canal para peixe subir, plataforma... Isso é furada, não existe. Então, por que não mudam esse modelo? É um absurdo o que acontece com as populações na questão dessa hidrelétrica.

Para o Raul quero fazer uma pergunta: diante de tantos problemas causados por conta de hidrelétrica na Amazônia, você ainda tem coragem de licenciar um projeto “desgramado” para a Amazônia, como Belo Monte, que está previsto para o Tapajós?



Eu não acredito! Se você licenciar, você não é nem ser humano. Se você licenciar uma desgraça dessas para acabar com a vida de milhares de pessoas que dependem do rio e só podem sobreviver lá... Essas pessoas dependem do rio e da floresta.

Então, quero deixar esse recado.

Também quero dizer que, quando vimos para cá, para entrar neste local, a pessoa tem que ter identidade, tem que se apresentar, dizer de onde é — tanta coisa! Mas quando é para as empresas fazerem pesquisa lá, não comunicam ninguém, entram sem autorização dos indígenas, sem autorização das comunidades tradicionais. *(Palmas.)*

E o pior de tudo: se alguém tentar impedir, colocam a Força Nacional, para eles fazerem os estudos na marra dentro das comunidades. Isso é um absurdo para mim! E não só para mim, creio que muita gente aqui acha que isso é extremamente absurdo.

Essa é a minha palavra. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Ageu.

Eu estava conversando com o Felício, para, depois de ouvirmos os últimos quatro inscritos, passar a palavra para a Mesa responder às perguntas e fazer algumas considerações. Em seguida, verificamos se há mais alguma questão, em razão do horário. Pode ser assim? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Vincenzo Lauriola, do INPA.

**O SR. VINCENZO LAURIOLA** - Bom dia.

Eu queria fazer uma pergunta que, muitas vezes, vejo que fica latente, que não se faz e que fica um pouco acima de toda essa discussão, em particular ao representante do Ministério de Minas e Energia, mas também aos outros. Alguém sabe dizer quanto foi gasto, nos últimos 10 anos, em estudos para quantificar as projeções futuras de demanda de energia? Por um lado, de onde sai a justificativa da necessidade, a legitimidade para toda uma série de projetos de geração de energia? E, por outro lado, quanto foi gasto para fazer estudos sobre formas alternativas de satisfazer essas demandas, a partir da economia de energia e da eficiência energética?



Pelos dados que tenho visto e analisado, nos últimos anos, a intensidade energética do PIB no Brasil tem aumentado, em vez de diminuir, o que seria o rumo para a sustentabilidade.

Resumindo, nós temos bases para realmente sustentar que a demanda energética só pode continuar subindo? E nós estamos dando também os meios de verificar se não podemos aumentar a eficiência do uso da nossa energia e estabilizar ou até abaixar a necessidade de energia? E quanto estamos investindo, por exemplo, em tecnologias que aumentam a eficiência energética?

Eu entendo que, se nós não colocamos essa questão de forma preliminar, nós estamos realmente num beco sem saída, não só no Brasil como também no âmbito planetário. Já temos indicadores disso. Quase nunca ouço falar da dívida ecológica, por exemplo. O que nós estamos deixando de dívida para gerações futuras com esse desenvolvimento, que, muitas vezes, parece não ter sentido?

Era isso o que eu queria saber. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Vincenzo.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Veríssimo.

**O SR. ANTÔNIO VERÍSSIMO** - Bom dia a todos.

Eu sou Antônio Veríssimo, do povo apinajé, do Estado de Tocantins. A minha comunidade também está ameaçada pela Usina Hidrelétrica Estreito, que foi erguida na divisa de Maranhão e Tocantins.

Eu queria manifestar a minha preocupação com relação ao foco do seminário. Nós sabemos que a Amazônia e o Cerrado sempre estiveram juntos e que também estamos sendo gravemente atingidos por grandes obras de infraestrutura, como as hidrelétricas. A Hidrelétrica de Estreito foi uma delas. Uma dezena de obras foi planejada para a região dos Rios Tocantins e Araguaia. Esses rios também fazem parte da Amazônia.

Os rios que nascem no Cerrado, esses importantes rios brasileiros, podem ficar ainda mais degradados, como ficaram os do MATOPIBA. A minha preocupação é exatamente com isso. Essa divisão entre Amazônia e Cerrado que inventaram não existe. Os rios, pelo contrário, unem as populações. Ao longo da história, os rios, as bacias, foram lugares onde populações se estabeleceram. Então eles são fator de união, e não de divisão.



Eu quero dizer para os nossos companheiros do Tapajós, do Teles Pires, do Madeira e do Xingu que nós estamos juntos. Nós, os povos do Tocantins e da região do Araguaia, estamos juntos nessa luta para impedir e questionar a construção de novas hidrelétricas. Temos alternativas viáveis para diversificar a matriz energética do País. Não podemos pensar só em hidrelétricas, barrando e destruindo rios, expulsando as populações camponesas, indígenas e quilombolas. O MATOPIBA traz essa proposta nefasta, trágica, de acirrar ainda mais os conflitos na região, expulsar populações, expulsar povos.

Outra questão que eu quero falar aqui tem relação com leis. Quando nossas autoridades, como o Presidente da República e o pessoal da bancada ruralista, viajam para o exterior, a primeira coisa que eles prometem para os investidores é enfraquecer a legislação ambiental.

Eu quero saber, Sr. Procurador, se não existe como questionar judicialmente essa lei que aí está e que é um estrago danado à Constituição brasileira. É inaceitável esse trabalho, esse desserviço ao nosso País e à nossa população!

Era essa a minha fala. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Antônio.

Concedo a palavra à Sra. Antônia Melo.

**A SRA. ANTÔNIA MELO** - Eu gostaria de ressaltar aqui a afirmação dos povos da Aliança dos Rios da Amazônia no fortalecimento do Ministério Público Federal, que tem sido o grande defensor dos direitos e o fiscalizador das leis.

As leis que foram lidas pela Mesa são muito bonitas, são ótimas, assim como os tratados, porém, o que a sociedade vê, principalmente dentro desses projetos, é que essas leis não valem nada. Não há Programa de Parcerias de Investimentos — PPI, não há Parcerias Público-Privadas — PPP. Estamos vendo que, quanto a esses projetos das PPIs, quem leva pau mesmo é o público. É o dinheiro público que está entrando no ralo, que está indo para as mãos das empreiteiras e para outros lugares, mas não está sendo utilizado em benefício da população. Então, as leis estão ótimas, porém, não são cumpridas nesses projetos.

Ontem eu disse que não há respeito às leis, não há respeito aos direitos humanos e ambientais, não há nada. Nós ficamos batendo em ponta de faca. O Ministério Público entra com ene ações, mas o Judiciário, infelizmente, tem sido



aliado, criminalmente, desses projetos, mandando construir, destruir, fazer o que eles bem entendem em nome de pequenos grupos, como os Governos, políticos e empreiteiras.

Então, o que nós vamos fazer, na condição de sociedade, para mudar isso junto ao Legislativo e ao Executivo, que também assinam esses projetos?

O Ministério de Minas e Energia nos deu a esperança de que vai realizar reuniões para ouvir a sociedade. Isso é bom, lutamos por isso há anos, para que possamos ser ouvidos nessas instâncias, como o Conselho Nacional de Política Energética, e por aí vai. Mas os representantes da sociedade civil nessas instâncias não representam exatamente os anseios, as vozes nem as vidas da sociedade aqui fora. Temos que saber quem são esses representantes.

Quero dizer que, no caso de Belo Monte, que é um mau exemplo, um exemplo desastroso e criminoso para todo o País e para o planeta, a situação desse licenciamento ambiental...

Thomaz, você sabe — você esteve lá — de quando tivemos uma reunião na Comunidade de Santo Antônio, em Belo Monte. Você estava lá no dia. Tudo foi acertado: a comunidade ia escolher o local para fazer a vila; lá todos são ribeirinhos e pescadores. Isso tudo ficou certo naquela reunião do dia 19 de novembro de 2013. Mal você saiu de lá, no apagar das luzes de final de ano, a Norte Energia foi lá e expulsou 60 famílias daquele local. *“Saíam daqui logo.” “Como eu vou sair com 4 mil reais, com 5 mil reais?” “É melhor você ter um pássaro na mão do que dois voando”.* Falaram desse jeito! Essa foi a resposta da empresa às famílias, sem nenhum respeito.

E vocês do IBAMA sabem disso. Até hoje essas famílias estão jogadas a 100, 200, 300 quilômetros da beira do rio. Aliás, vocês sabem que não foi feito nenhum reassentamento, de acordo com a lei, com Projeto Básico Ambiental — PBA, com licenciamento. Não foi feito nenhum reassentamento, de nenhuma família, mas deveria ter sido feito. Passou-se por cima e empurrou-se goela abaixo.

A questão dos ribeirinhos, dos pescadores, nem sequer entrou no licenciamento ambiental. Hoje há graves problemas que o IBAMA está tendo que corrigir.



Então, esse licenciamento ambiental serve para quê? O IBAMA está de olho em quê? Está resolvendo o quê? Qual é a fiscalização? Não houve nada lá. O IBAMA ia lá de braços dados com a empresa Norte Energia, nunca ouviu a sociedade ou as famílias afetadas, nunca ouviu. Fez ouvido de mercador, como dizia minha mãe.

Então, essas leis servem para quê? E nós aqui hoje, pessoal, temos que dar sentido, encaminhar essas leis. O Executivo não é maior do que o povo. O Legislativo desta Casa não é maior do que a nossa voz, do que a voz dos povos, principalmente da Amazônia, que está sendo arrasada.

Eu quero ler rápido uma, eu diria, lorota do Presidente da Empresa de Pesquisa Energética — EPE, Luiz Augusto Barroso. Ele disse que é preciso voltar e estudar os projetos. Ele disse também: *“Vamos trabalhar para defender o Tapajós, para esclarecer a sociedade que, a despeito das críticas dos ambientalistas”* — quero dizer que não são só os ambientalistas, mas todos nós que cuidamos do meio ambiente, e eu não sei por que eles não cuidam —, *“essa lei é boa para o Brasil”* — quer dizer, Tapajós é bom para o Brasil, viu, gente? —, *para a sociedade, para a economia, mas, sobretudo, para as regiões onde vai ser instalada. Então, não é razoável dispensar esse potencial.”*

Pergunto, como já foi dito aqui, ao representante do Ministério de Minas e Energia qual é, então, a bondade, a melhoria que traz à sociedade a instalação desses monstros.

Além de todas as desgraças que são feitas, quero mostrar aqui — a ANEEL tem que ser convocada — o talão de cobrança de energia de uma ribeirinha que nem sequer tem salário. Veio, no talão de energia dela, a cobrança de 981 reais. Eu, que fico o dia todo fora da minha casa, trabalhando, porque meu trabalho é longe da minha casa, com a casa fechada, sem usar nada, tenho que pagar todo mês de 504 a 590 reais. Outra colega mora em Belém do Pará, que é explorado para que se façam barragens de energia. Nós temos que pagar a energia mais cara deste País. Minha colega, que também fica o dia todo fora de casa, mora sozinha e recebe o talão de cobrança com 2 mil, 1.700 reais.

Então, o Ministério de Minas e Energia, a Câmara Federal, na pessoa do Deputado Nilto Tatto, têm que chamar a ANEEL para saber que história é essa de



ela aumentar o preço da energia sem nenhuma explicação. E nós temos que ser sujeitados ao roubo, tendo que pagar a energia mais cara deste País. Enquanto isso, nossos rios se acabam, nossa floresta se acaba, nossos povos passam fome porque não há mais peixe, não há mais água que preste, enfim.

Esse pode ser um apelo, mas é uma verdade. Não suportamos mais conviver com essa destruição, com essas leis, acima das leis, que destroem a vida dos povos da Amazônia.

E nós queremos dizer aqui, queremos gritar, queremos reafirmar — não é, pessoal? —, quanto ao fortalecimento da Aliança dos Rios da Amazônia e da Pan-Amazônia: “*Mais nenhuma barragem nos rios da Amazônia!*”,

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Antônia.

Anuncio a presença do Deputado Arnaldo Jordy.

Quer usar da palavra agora, Deputado? Há mais duas pessoas para usar da palavra. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à próxima oradora, Maria Ivanessa.

**A SRA. MARIA IVANESSA** - Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer pela oportunidade de estar aqui.

Quero dizer que fiquei em dúvida sobre algumas coisas que o Sr. Raul relatou. Primeiramente, quero dizer, como todo mundo já disse, que tudo é muito bonito no papel, que a coisa mais bonita que existe é um relatório bem feito, mas a realidade é outra. Quem vive lá sabe que a realidade é outra.

Então, a minha pergunta ao Sr. Raul é assim: o que o senhor quis dizer com: “*A Jatobá ainda está na prévia*”. Quer dizer que estão estudando? Anularam a São Luiz do Tapajós, não é? Enquanto o pessoal se preocupa com a Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, é reconstruída a Jatobá? Eu acho que é uma forma de mais um golpe contra a nossa comunidade de Montanha e Mangabal.

Ao povo de Montanha e Mangabal o Governo diz que vai ser construída uma hidrelétrica onde não há população, onde não há habitantes. Mas eu e o Ageu estamos aqui para dizer que essa área é habitada, sim. Existe um povo lá, que precisa ser ouvido.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Concedo a palavra ao próximo orador, o Sr. Ciro.

**O SR. CIRO** - Boa tarde.

Eu gostaria de informar ao representante do IBAMA, o Sr. Raul, que realmente existe uma distância quilométrica entre a realidade de campo e sua apresentação. Os peixes não sobem satisfatoriamente as escadas. As casas oferecidas não recebem as pessoas que moram à beira do rio. Mas, na verdade, uma coisa me chamou a atenção: a sua fixação com a legalidade.

Gostaria de perguntar se a nova gestão ainda vai emitir licenças sem que as condicionantes das licenças anteriores tenham sido cumpridas. Vai emitir uma licença de instalação, sem que se tenha cumprido o que estava na licença prévia? *(Palmas)*.

Quero dizer que a gente tem esperanças de que a gestão da Suely seja melhor do que a anterior, assim como a gestão do Ministro Coelho à frente do Ministério de Minas e Energia.

Neste momento eu pergunto ao Thomaz: o que aconteceu com o Conselho Nacional de Política Energética, do qual há anos brigamos por uma vaga, um assento? Fomos informados de que, de repente, a vaga foi ocupada e de que foi nomeado um representante da indústria do açúcar e do álcool. Por favor — talvez, eu esteja mal informado —, eu gostaria de um esclarecimento sobre isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Ciro.

Concedo a palavra ao Sr. Brent Millikan.

**O SR. BRENT MILLIKAN** - Só queria frisar, inicialmente, que o título desta Mesa, considerando aspectos críticos do planejamento de licença meta-ambiental...

Quero frisar alguns aspectos do planejamento. Como o Titan e algumas outras pessoas colocaram, existem problemas fundamentais no processo de planejamento de licenciamento, que ocorrem antes da etapa de licenciamento.

Nesse sentido, eu queria chamar a atenção para o caso dos inventários de bacia, que são conduzidos pelo setor elétrico do Governo com empresas privadas, geralmente empreiteiras como a Camargo Corrêa.



Essa fase de planejamento, que é uma fase inicial, em geral, é a base de tomada de decisões políticas sobre quais investimentos vão para frente e quais não serão realizados. Esses estudos, feitos em âmbito de bacias, utilizam como critério praticamente único a maximização da geração de energia, identificando locais que tenham maior potencial de geração de energia, independentemente de seus impactos socioambientais, independentemente até de conflitos óbvios, como sobreposição de terras indígenas e de unidades de conservação.

Temos aqui o mapa de um livro que publicamos e inclusive lançamos aqui no Congresso, recentemente, sobre a Bacia do Tapajós. Esse livro mostra a sobreposição de barragens previstas nos reservatórios em terras indígenas. Em dezenas de casos, há terras indígenas na Bacia do Tapajós, sendo a sub-bacia do Juruena o caso mais de extremo. Esse planejamento foi baseado nos inventários de bacias.

Embora haja o discurso de que há estudos de melhoria, no sentido de uma avaliação ambiental integrada, conduzida pelo setor elétrico, pelos empreendedores, vemos que esses estudos não incidem na tomada de decisão. A decisão foi tomada já a partir de um inventário que teve aquele critério único, essencialmente, de maximizar a geração de energia, identificando esses locais. A *(ininteligível)* acaba não influenciando, fazendo uma triagem dos empreendimentos.

Esses estudos de inventário, então, vão para aprovação da ANEEL, via despacho. Muitas vezes, são respaldados também pelo Conselho Nacional de Política Energética. Os projetos vão para frente, ou seja, quando entram na fase de licenciamento ambiental, a decisão política já foi tomada. E há erros fatais, inclusive a falta de consulta prévia, que não ocorreu nessa fase, como deveria, antes da tomada de decisão política.

Esse conflito de interesses de sobre-estimar benefícios e subestimar impactos socioambientais e riscos em razão dos interesses dos empreendedores, que são de maximizar lucro, acaba permeando, depois, os *(ininteligível)*, os ZVTs e outras coisas.

Mas a minha pergunta, então, seria para o Thomaz Toledo, representante do Ministério de Minas e Energia. Indago se o setor elétrico está preparado para rever essa questão, esse processo de planejamento, para ter um entrosamento maior com



o setor ambiental do Governo. Há agora, inclusive, um projeto de lei sobre Avaliação Ambiental Estratégica. Houve resistência do setor elétrico, alguns anos atrás, a admitir um instrumento como a Avaliação Ambiental Estratégica. Ele seria um instrumento de atendimento à Resolução nº 1 do CONAMA, um instrumento para verificar impactos cumulativos de fato, para buscar vias alternativas, inclusive outras formas de geração, como a Presidente do IBAMA lembrou hoje de manhã.

Então, a questão seria se o MME está preparado, disposto a fazer esse diálogo e reconsiderar, inclusive, uma maior conciliação do setor elétrico com outras políticas públicas, evitando conflitos até em relação aos direitos humanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Brent. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Obrigado, Sr. Presidente.

Queria, na sua pessoa, cumprimentar todos os membros da Comissão.

Parabenizo V.Exa. pela iniciativa absolutamente pertinente de produzir mais um debate nesta Comissão, sobre um tema muito importante num momento, eu diria, de questionamentos.

Queria, muito francamente, cumprimentar todos os convidados; as autoridades presentes; o Dr. Maurício Torres; Titan de Lima, que é gestor ambiental e o mais familiarizado aqui da Casa; o Dr. Raul Trindade; o Dr. Felício, nosso amigo do Ministério Público; o Dr. Thomaz; todos os demais convidados; as comunidades aqui presentes; e representações de nações indígenas.

Eu acho que nós precisamos fazer um debate, independentemente de governos, porque me parece que esse modelo que se vem reproduzindo na Amazônia chegou ao momento de absoluto esgotamento. Eu não consigo encontrar mais vozes que defendam, na integralidade, as atrocidades praticadas nesse modelo. Talvez, o exemplo mais recente, mais vivo, mais exponencial seja a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Na semana passada, eu comecei a coletar assinaturas para a criação da CPI de Belo Monte. Eu acho que esta Casa tem que investigar Belo Monte a fundo, destrinchar Belo Monte. *(Palmas.)*

O que foi passado na origem do projeto é uma falsificação grosseira do que aconteceu e continua acontecendo. Primeiro, é questionável o anúncio da produção



de energia, numa matriz nacional energética, se foi exposto como otimização na produção de *quillowatt* de energia para equilibrar a matriz nacional energética.

A nossa matriz não é das mais precárias do Planeta, ao contrário, é uma matriz considerada equilibrada, relativamente equilibrada. Mas, em vez de avançarmos no conceito positivo de equilíbrio e explorarmos, por exemplo, pelas condições objetivas do Brasil, um país tropical, com um território continental absurdamente vantajoso em relação a outros, e adotarmos a energia solar, não, ela representa apenas 0,2% da nossa matriz energética. Na Alemanha, ela representa quase 10%, país com capacidade de insolação e extensão territorial infinitamente menores do que as nossas.

Nós não temos nenhuma política pública sobre isso. Agora, está se começando, aliás, ao final do Governo Dilma, começou-se a desenhar a possibilidade de reduzir determinados impostos para placas fotovoltaicas, que não são produzidas no Brasil, para reduzir o imposto de importação e assim estimular essa cadeia da energia solar que, para nós, da Amazônia, é um tesouro, é um achado. Hoje, no Estado do Pará, quase 20% da sua população de 8,5 milhões de paraenses não têm energia, este insumo absolutamente imprescindível e indispensável para qualquer modelo de desenvolvimento sustentável, qualquer coisa.

Em pleno século XXI, há pessoas que ainda não sabem o que é ter energia para produzir, para consumir, para viver, para ser feliz, para se integrar ao mundo globalizado, a favor ou contra. Isso está proibido, está interdito, Deputado, na Amazônia como um todo ainda, para quase 20% da sua população, dos quase 25 milhões de amazônidas que estão ali.

A matriz de custo da energia no Brasil faz isso o que Antônia Melo acabou de dizer, que é criminoso. Por quê? Qual é a equação que funciona? É o custo de implantação da distribuição de energia cabeada dividido pelo número de consumidores. É assim essa equação. Vale para o Paraná, para São Paulo e, nos Estados com grande extensão territorial e pouca densidade populacional, o custo disso vai para a estratosfera. E, por coincidência não casual, esses Estados de maior dimensão territorial e menor concentração de renda são os mais pobres, os mais periféricos, com os piores indicadores de desenvolvimento humano, de renda



*per capita*, de IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, de todos esses números que conhecemos.

Ora, esse é um modelo escravizador! Esse modelo coloca na senzala alguns e na casa grande outros. Nós estamos na senzala diante da casa grande. Por isso, o quinto Estado produtor e segundo exportador — de 82% da energia exportada este não recebe um centavo de ICMS, já que o ICMS é recolhido sobre o consumo — ainda paga, na variação que temos do primeiro e do segundo lugar da energia mais cara da América Latina por *quilowatt* de energia consumida. Ainda assim quase 20% da população não tem energia.

Então, esse modelo não se sustenta. Nós estamos falando de Belo Monte, a maior obra do PAC, com 35 bilhões de investimentos. Mas está aí na Lava-Jato. A Belo Monte terminou na Lava-Jato. Não tem dinheiro para fazer as compensações, que penalizam vidas humanas, como as de ribeirinhos, de pescadores, de indígenas, de todos aqueles que estão lá nos “*hooks*”, sem escola, sem creche, sem água, sem nada. E as manchetes policiais estampam o propinoduto, pago com o dinheiro que falta para cumprir as condicionantes.

Há 32 anos, vimos o mesmo cenário, Deputado Tatto, em Tucuruí. O cenário é o mesmo, os personagens são outros, mas o cenário, o enredo, o modelo são os mesmos. E hoje ainda tem gente do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, lá em Tucuruí, brigando por *kit* antimalária e cesta básica. Trinta e dois anos depois!

Esse modelo está falido. Nós não podemos mais aceitar isso, seja de que Governo for, de Temer, de Dilma, seja de quem for. Não dá mais. Esse modelo está falido. Nós precisamos construir um novo pensamento sobre isso. Esses enclaves na Amazônia têm dado prejuízo. Isto é uma tragédia para a Amazônia! Isso só atende a interesses muito pequenos. Dez milhões de *quilowatt* de energia! (*Palmas.*) Para quem? Quem ganha? E o passivo social e ambiental? Essa gente vai embora e quem vai pagar a conta? Os bobocas, os otários, os índios, os ribeirinhos, os pescadores, as comunidades da periferia ficam com essa conta.

Eu acho que precisamos, a partir inclusive do Conselho de desenvolvimento energético, discutir outro caminho. Não dá mais para insistir nesse modelo. Nós já pagamos um alto preço.



Dr. Felício, o senhor é animador deste debate e já promoveu quase 30 ações de descumprimento de condicionantes obrigatórias, contratuais. Estamos denunciando isso. Felizmente, parece-me que a Dra. Suely resolveu adotar outra postura, o que eu festejo. Já disse isso publicamente em Altamira, aqui, em todo o lugar. S.Sa. suspendeu São Luís, suspendeu Belo Monte.

Vamos fazer aqui hoje um cenário otimista. Vamos dizer que a Norte Energia S.A. — o complexo, as empresas — execute todas as pendências, que são muitas. Vamos dizer que todas sejam corrigidas e implementadas, etc. Tem um prejuízo, um passivo que não tem mais como recompor. Quem paga essa conta do que não dá mais para fazer? Quem paga essa conta? Quem indeniza isso? Não tem mais jeito. Se tudo for feito agora 100% certinho, fica ainda um passivo que não tem conta. Famílias estão destruídas, um sujeito que viveu gerações inteiras na beira de um rio, da sua atividade econômica, extrativista, etc., hoje, está desgraçadamente na mendicância, com os meninos na droga. Há índios em Altamira sentados, às 23 horas, bêbados, caídos, coisa que não se via há algum tempo. Esse prejuízo é irreparável! É irreparável! Não tem mais como recuperar.

Por isso, precisamos dar um basta nisso. Esse modelo não pode mais prevalecer. É a minha opinião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

Concedo a palavra à Sra. Cleide Nhambiquara.

**A SRA. CLEIDE NHAMBIQUARA** - Bom dia a todos e a todas! Gostaria de deixar aqui o meu pensamento. Sou da etnia Nhambiquara. Sou professora na minha comunidade.

Vou falar um pouco da minha indignação dentro da minha comunidade. Lá serão construídas várias hidrelétricas, usinas. A gente já está sofrendo as consequências disso na minha comunidade. Então, há 516 anos, a gente vem sofrendo, na luta, mesmo assim a gente continua resistindo.

E nós estamos juntos aqui, frente aos Deputados, para pedir que... A gente sabe que todos falam que tem que se desenvolver. Queria saber o que é



desenvolvimento para vocês? Será que desenvolvimento é acabar com o que a gente tem no Brasil, que são os recursos naturais?

Há 500 anos, existia muito pau-brasil. Por isso, o nome Brasil. Não existe mais. Depois, vieram nossas terras, nossas florestas. Agora, chegou a vez da água. Será que todos os povos não bebem água? Será que ela não é importante à nossa vida?

A minha pergunta é: para desenvolver precisa destruir? Precisa acabar com os povos, com as culturas para ser um país desenvolvido? Uma população sem cultura e sem identidade não é mais ninguém. E é isso o que a gente está deixando. A gente não está deixando de ser ninguém, mas a gente está aqui resistindo e pedindo que a nossa voz seja ouvida diante do Deputado. Que o genocídio dos nossos povos não continue. Acabar com os povos que defendem o meio ambiente, que defendem a casa, que defendem a vida onde a gente vive é um sofrimento muito triste para nós.

Eu penso que, se acabarem com esses povos, se os levarem para a cidade, eles vão se tornar um povo preguiçoso. A gente sempre ouve falar que índio é um povo preguiçoso, mas eu quero deixar bem claro que, dentro das nossas terras, dentro das nossas águas e dentro do nosso ambiente, a gente trabalha conforme a gente vive. As mulheres trabalham, coletam frutas, vão em busca dos alimentos. A gente trabalha, sim, mas conforme a gente está vivendo ali dentro. A gente não trabalha para destruir, para judiar de outros povos nem para matar outras etnias. A gente trabalha em conjunto.

Eu já vi muita gente dizer que os territórios indígenas são grandes para os povos indígenas, mas, ali dentro, nós não temos só uma família. Ali dentro, a gente tem várias famílias unidas por um mesmo objetivo.

Então, queria dizer a vocês que essas hidrelétricas são morte para nós. Elas acabam com o que a gente precisa para sobreviver. Do que a gente precisa para sobreviver? A gente precisa da água, do ar e da natureza para sobreviver. Eu não sei se só nós precisamos ou se os senhores também precisam, mas estamos aqui lutando para que essa destruição não venha a acontecer.

Era isso o que eu queria dizer aqui diante dos Deputados, queria falar da minha tristeza como brasileira, como uma filha do Brasil, que sabe que o povo



indígena vem sofrendo desde sempre, que vem sempre mostrando que nós existimos, porque parece que a gente não existe, mas nós existimos.

Então, era isso que eu queria falar. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Cleide.

Voltando aos oradores da Mesa, em primeiro lugar, passo a palavra ao Sr. Felício Pontes Júnior, Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal, para responder às questões que lhe foram dirigidas e também para fazer suas considerações finais.

**O SR. FELÍCIO PONTES** - Eu quero começar agradecendo à Câmara dos Deputados e às organizações não governamentais que promoveram este evento. Nós ainda temos muita coisa durante a tarde e a noite, que são essenciais para este debate. Acho que não poderia haver um lugar melhor, Brent. O lugar era exatamente aqui, a Câmara dos Deputados, a Casa do Povo. Por excelência, esta é a Casa do Povo.

Por isso, eu quero ser muito breve, para deixar bastante tempo para que os representantes do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente falem. Os meus questionamentos, em sua grande maioria, foram dirigidos a eles.

O que me restou foi com relação ao direito de consulta prévia trazido pelo Padre Edilberto e pelo Rogério, do MAPA, duas grandes figuras nesse processo de resistência contra o que eu chamo de modelo de desenvolvimento predatório. O Padre Edilberto nos trouxe uma indagação que ficou no final da minha fala, quando eu disse que, dificilmente, nós teríamos a implantação de mais hidrelétricas na Amazônia, sem que fosse considerado e respeitado o direito à consulta prévia dos povos tradicionais. Eu terminei a minha fala extremamente otimista, mas também deixei isso no ar, para que não pudesse ser revelada essa nossa estratégia. Já que ele mencionou, eu vou tocar no assunto.

Padre Edilberto, nós estamos empenhados em fazer com que o direito de consulta prévia vire jurisprudência no País. Eu disse que, das cinco ações propostas, nós ganhamos as cinco. A última delas, que foi julgada há uma semana, aqui em Brasília, no Tribunal Regional Federal, foi a que o Maurício Torres mencionou: a consulta prévia da Hidrelétrica Teles Pires, que destruiu o lugar sagrado para os Munduruku, Apiaká e Kaiabi: a Cachoeira de Sete Quedas.



Na quarta-feira passada, o Tribunal bateu o martelo dizendo que o direito à consulta prévia não precisa de regulamentação e não pode haver a emissão de qualquer licença, desde a primeira, sem que os índios, sem que os povos tradicionais sejam consultados. Isso é importante para nós, porque não são só os índios Tapajós, mas o Tribunal está dizendo que também outros povos tradicionais são sujeitos desse direito.

O que está sendo construído agora, Edilberto, é uma coisa mais sofisticada. O Tribunal também lançou nesse julgamento as bases para dizer que, quando o próprio Tribunal disser que o direito à consulta prévia vale e se ele foi violado para o processo de licenciamento ambiental, a suspensão de segurança dada pelo Presidente daquele próprio Tribunal não vale, ela cai, e o que vigora é o direito de consulta prévia.

É isso que está sendo construído! É isso! (*Palmas.*) É a tese mais lógica, porque daí nós teremos duas decisões do mesmo Tribunal. Qual é a que vale? A que foi dita de maneira unilateral pelo Presidente, sem levar em consideração o mérito da questão, ou a decisão colegiada do Tribunal, que leva em conta o mérito da questão? Qual das duas vale? E o Tribunal já sinalizou que o que vale é a decisão de mérito, e não a decisão provisória, e não a suspensão de segurança.

É nesse sentido que nós estamos caminhando, Padre Edilberto. Por isso, há uma expectativa muito grande — esperançosa, como falam os teólogos como V.Exa. — de que esse direito possa ficar como um cânone constitucional, e não apenas como um direito de papel, daqueles que qualquer interesse do capital passa por cima.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. FELÍCIO PONTES** - Isso, esse julgamento acabou de acontecer, foi na semana passada. Então, a cada novo julgamento, nós temos dado um passo a mais.

O Rogério faz uma pergunta essencial, que é a seguinte: “*Está bom. Os Munduruku serão consultados, Deputado Arnaldo Jordy, e dizem ‘não’ à ação dos Tapajós. Essa decisão é vinculante ou não? Prevalece ou é só consultar, ver que disseram ‘não’ e vão embora?*”

Na jurisprudência latino-americana, nós temos duas posições: a primeira posição é de que vale aquilo que foi decidido pelo povo atingido, que é, por exemplo,



a decisão da Colômbia; a segunda, mais tênue, que é a da jurisprudência peruana, é de que é meramente uma consulta e vale o que o Governo depois decidir. Mas agora se forma uma terceira posição, Ivo, que é da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que diz que se aquele projeto atingir os povos da floresta de uma maneira tão drástica que mude a sua cultura e a sua forma de vida, ou seja, que haja um etnocídio, essa consulta é vinculante.

Nós não sabemos o que vai ser decidido pela Justiça brasileira em relação a isso, porque o primeiro processo sobre a consulta prévia relativa à Belo Monte vai chegar no ano que vem ao Supremo Tribunal Federal. A partir daí, nós vamos saber. Nós estamos atentos a isso. Precisamos muito dessa parceria entre o Ministério Público e a sociedade civil para que prevaleça a interpretação jurídica emancipatória que realmente dê efetividade ao direito dos povos da floresta.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Felício.

Concedo a palavra ao Sr. Raul Trindade, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do IBAMA, para que responda as questões e faça suas considerações finais.

**O SR. RAUL TRINDADE** - Foram inúmeras perguntas. Tentei buscar, via WhatsApp, auxílio dos próprios TRPs, para tentar responder aos questionamentos e para que V.Exas. saiam o máximo possível satisfeitos em relação ao IBAMA, pelo menos.

Uma das questões que me chamaram muito a atenção — e eu vou ter um enorme prazer em respondê-la — diz respeito aos valores das autuações que o IBAMA realiza. Para que todos saibam, o IBAMA não fica com um centavo das autuações, das fiscalizações que faz. O dinheiro não vai para o IBAMA e muito menos para as comunidades afetadas.

Consultei a legislação que trata desse tema. O art. 73 da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, diz: “*Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (...)*”. Esses valores vão para os fundos estaduais ou municipais de meio ambiente.

Daí em diante, eu não sei responder onde vão ser alocados esses recursos. Isso responde à pergunta do nosso amigo de Jirau. Incremento a resposta, dizendo



que recentemente saiu uma autuação do IBAMA de 2,5 milhões em relação a Jirau. Nem um centavo desse dinheiro ficou na conta do IBAMA — não fica nem retorna. Para os senhores terem noção, nós temos dificuldade de realizar fiscalização no IBAMA, por falta de dinheiro.

Para responder a essa pergunta, eu pesquisei a legislação na Internet.

Vou tentar responder outras perguntas. Desculpem-me se alguém ficar sem resposta. Foram muitas perguntas, e acabei misturando as informações.

Com relação à Belo Monte, as informações que tenho sobre o TRP é que o RUC Pedral iniciou as construções e que foi solicitado à Norte Energia o cadastro de todos os moradores afetados. Paralelamente, foi solicitado também um cadastro à Prefeitura.

Eu também tenho informações de que as interligações do sistema de abastecimento de água já iniciaram. Há uma equipe do IBAMA para acompanhar se realmente estão sendo realizadas essas obras. Eles estão indo fiscalizá-las, o que antes não era. Era incumbência da Prefeitura, junto com a Norte Energia, fazer todas essas fiscalizações, até porque ela também dificultava muito a vida do empreendedor que queria fazer as interligações de água na casa e não fornecia subsídio suficiente para serem realizadas.

Quanto à questão do amigo que estava ali sentado — não consegui gravar o nome dele — sobre a emissão de licenças cujas condicionantes não são cumpridas, a Presidente do IBAMA foi taxativa. Em caso do não cumprimento, ela disse que não será emitido nenhum licenciamento na gestão dela. Enquanto a Dra. Suely presidir o IBAMA, ela será taxativa em relação ao arquivamento de processos, por pendências de legalização dentro do licenciamento, e não será permitida a emissão das licenças. A empresa também será autuada por condicionantes não cumpridas.

No caso de renovação de uma licença de operação, por exemplo, perder a sua vigência, ela vai ter que ser novamente renovada. Nesse caso, se a condicionante não for cumprida, ela não será renovada. Esse é o entendimento que tenho.

Sobre a questão da oitiva do Procurador Felício, o IBAMA diz que é uma possibilidade muito interessante para o licenciamento que realmente haja essas consultas prévias para que, posteriormente, elas sejam incrementadas quando



chegarem ao órgão. Havendo a consulta prévia, se lá ela for barrada, conseqüentemente nem chega ao IBAMA. Não haverá abertura de processo para que o IBAMA faça o licenciamento de qualquer empreendimento.

Ao senhor que está saindo, eu diria que, quanto ao derramamento de óleo em Teles Pires, houve um sobrevoo sobre a área. Inclusive há uma equipe do IBAMA que também está lá. Foi colhida a água para fazer análise. A resposta que eu tive até o momento é que a análise ainda não foi entregue ao IBAMA. Após essa entrega, vamos ter um veredito da situação e poder autuar quem tiver que ser autuado. Ainda não sabemos precisar se houve problema na comporta.

O que alguns técnicos falaram é que foram até o local onde estava a mancha, puseram o óleo na mão e tentaram sentir o cheiro, mas não sentiram cheiro de combustível. Pode ser óleo hidráulico ou alguma outra coisa. Não sabemos precisar. Houve rumores de que alguma balsa poderia ter derramado combustível. Então, temos que esperar a análise para poder emitir qualquer nota sobre a situação.

Sobre a sustentação do arquivamento de Tapajós, o que eu tenho a informar aos senhores sobre esse assunto é que até o presente momento ele está arquivado.

Sobre a UHE SINOP, gostaria de dizer que esse licenciamento não é realizado pelo IBAMA. Então, não temos conhecimento nenhum sobre ele.

Sobre a mortandade de peixe em Volta Grande, no barramento Pimental, os analistas disseram que recebem relatórios periódicos e que já houve autuação. A empresa já foi autuada sobre essa questão.

Sobre Jatobá, eu diria que lá realmente existem obras de infraestrutura pendentes que estão sendo fiscalizadas pelo IBAMA. Se não forem concretizadas, a empresa será autuada. Há relatos de que as casas, na verdade, já foram entregues.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RAUL TRINDADE** - Com relação às obras de infraestrutura em Jatobá, realmente o IBAMA constata que ainda há algo pendente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RAUL TRINDADE** - Então, houve um equívoco na resposta — é muita coisa.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. RAUL TRINDADE** - Sobre Jatobá, infelizmente, eu não vou poder passar nenhuma informação neste momento.

Quanto à questão do dinheiro, ele é aplicado em um trabalho muito bom realizado pela equipe do PREVFOGO — o IBAMA acha isso louvável. Nós temos contratos com indígenas para proteger a mata de queimadas. Esse contrato existe no Maranhão, no Pará e no Tocantins. Os indígenas são contratados e são remunerados. Quando há renovação do contrato, geralmente quem permanece são os indígenas, porque são os que mais conhecem a terra. Inclusive, o IBAMA vê isso com bons olhos.

Conversando com pessoas da Previdência, percebemos que essa questão deve ser ampliada. Eu acho que seria muito interessante que, nas áreas onde há hidrelétrica e nas áreas de preservação, também se fizesse contrato com os índios para preservá-las. Esse é um posicionamento meu, particular.

Não sei se me esqueci de algum questionamento.

Eu quero dizer que este evento é muito importante. O IBAMA nunca se negou e nunca vai se negar a vir aqui, mesmo sendo não atacado, mas questionado, em todos os eventos, mesmo naqueles em que procura fiscalizar. O IBAMA sempre está tentando fiscalizar e fazer o melhor.

Quando há denúncias indígenas de garimpos, de balsas, de pescas esportivas, o IBAMA vai às localidades para queimar as balsas e fazer o trabalho de fiscalização. Nessas demandas, a participação de todo o povo indígena é importante para o IBAMA. Eu espero que continue dessa forma.

Eu queria agradecer.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RAUL TRINDADE** - Esse é um questionamento de muita complexidade. Se por decisão do Governo Federal em relação a recursos energéticos para o povo, por exemplo, o IBAMA fizer a análise de qualquer empreendimento e constatar que ele não tem a devida viabilidade, a equipe técnica com quem trabalho vai negar a autorização. O posicionamento da atual Presidente é negar qualquer projeto que não esteja em conformidade com a lei. Infelizmente, é isso o que eu posso dizer aos senhores.



Da parte do IBAMA, nós vamos continuar fiscalizando e fazendo as autuações. Nós gostaríamos que algum dinheiro dessas autuações retornasse ao órgão e à comunidade. Por que não? Eu acho que isso seria importante, mas teria que mudar essa lei. Eu torço para que essa nova gestão continue nesse caminho de arquivar processos, de não deixar lograr êxito qualquer licenciamento que não esteja legalmente constituído.

Muito obrigado. Agradeço a todos. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Presidente Tatto, antes de passar a palavra ao Dr. Thomas, V.Exa. me permite fazer duas perguntas ao Dr. Raul?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Ressalto duas questões, porque eu acho que o IBAMA precisa estar bem mais atento. Eu quero reconhecer aqui, de público, que houve mudanças, houve avanços. O Thomaz, que estava no IBAMA, sabe disso.

Vejam, por exemplo, o padrão das casas dos RUCs. Isso está lá no documento, no panfleto oficial da Norte Energia. Eu tenho cópias no meu gabinete; não as trouxe, mas posso disponibilizá-las.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - A Antônia Melo tem um exemplar aqui.

Se você pegar esse padrão que foi anunciado nas mídias para enganar a população. Quando foram construídos esses RUCs, o padrão das casas era de 63 metros quadrados, salvo engano. Como é que se faz agora? Vai demolir tudo? Claro, mas qual é a penalização? Qual é o critério? Como é que se compensa isso? É uma coisa criminoso! Isso é crime previsto no Código Penal brasileiro, meu chefe. Isso aqui é estelionato praticado contra a população. Está aqui. Isto aqui é um documento oficial da Norte Energia. Está aqui o símbolo da Norte Energia. Se pegar o que está dito aqui e for lá verificar, *in loco*, vai ver que não bate. E agora? Como é que faz?

Outro exemplo. Existe um hospital pronto lá em Altamira, de 60 leitos, que está fechado há 1 ano e 3 meses. Sabem por quê? Porque até agora não se discutiu



o acesso ao hospital. E a Norte Energia disse que não tem nada a ver com isso. O hospital é uma coisa, e o acesso não está no contrato. O Presidente do consórcio, na última audiência havida no Senado da República, disse o seguinte: “*Não está no contrato o acesso*”. Mas como é que se entrega uma casa, um equipamento público que não se pode acessar? Vejam o nível do debate.

Existem dois problemas naquele hospital. O hospital também foi entregue com equipamentos que não o permitem funcionar, porque o Conselho Municipal, o Estadual, o Conselho Nacional de Saúde ou as regras do SUS não o permitem, e com razão! Equipamentos não foram adquiridos. É como se um prédio pudesse resolver a saúde de alguém. Quanto ao acesso, a Norte Energia disse que não estava no contrato. Portanto, o hospital está pronto, mas as pessoas não podem acessá-lo.

Quanto ao órgão licenciador, nós sabemos que algumas decisões não são do IBAMA. O senhor tem razão nisso. É uma decisão de governo. O IBAMA é impotente para decidir isso sozinho, claro. No final das contas, o poder de arbítrio, a única válvula de pressão objetiva é o IBAMA. Por quê? Porque cabem ao IBAMA os licenciamentos todos. Então os senhores acabam sendo o pêndulo decisivo do processo.

É preciso um pouco mais de atenção, de presença, de zelo do IBAMA por esse outro lado e não apenas pelos interesses sabe-se lá de quem. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Tem a palavra Thomaz Miazaki de Toledo, Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do Ministério de Minas e Energia, para responder as questões e também para fazer suas considerações finais.

**O SR. ANTÔNIO** - Thomaz, antes de você iniciar, eu queria 1 minuto para fazer uma pergunta. Assim pode aproveitar a oportunidade e já responder. Como é que fica a questão do licenciamento? Você é do Ministério do Meio Ambiente, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Não, Thomaz é do Ministério de Minas e Energia.

Apresente a questão bem rápido, por causa do horário.



**O SR. ANTÔNIO** - É sobre licenciamento para desmatamento no entorno das terras indígenas para plantio de eucalipto, de soja. Ele falou da lei que enfraquece cada vez mais a questão do licenciamento, o procedimento para obter a licença. E sabemos que, no Estado do Tocantins, estão ocorrendo conflitos violentos, em razão desse desmando. Existe uma agência estadual no Tocantins que não fiscaliza nada, não embarga nada. Estão liberadas as empresas de eucalipto, de soja.

Então, como fica o papel do Ministério do Meio Ambiente? E vem mais uma lei ordinária como essa, sem falar nas leis estaduais, que já enfraquecem bastante o processo. Não se embarga nada e se facilita tudo.

A pergunta era para o Dr. Felício. Quero saber se existe a possibilidade de mover uma ação judicial para corrigir essas leis claramente inconstitucionais, porque violam frontalmente a Constituição e os nossos direitos que estão lá. Não temos voz e ficamos esperando pelas leis.

Era essa a minha pergunta para vocês todos, para quem puder responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Thomaz está com a palavra.

**O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** - Obrigado, Deputado.

Antônio, seria mais adequado fazer essa pergunta sobre desmatamento ao Dr. Felício — talvez ele possa dar um esclarecimento — ou ao próprio Raul, como representante do IBAMA. Como representante do Ministério de Minas e Energia, eu não posso me posicionar a respeito dessa questão.

Eu anotei sete questões dirigidas ao Ministério de Minas e Energia. A primeira pergunta é do Rogério, do MAB, quanto à aplicação da legislação que regulamenta a elaboração do cadastro socioeconômico.

Rogério, nós estamos aplicando a norma que existe hoje, que ainda é o próprio decreto. Recentemente, nós recebemos um cadastro referente a uma PCH em Santa Catarina. Estamos compondo o comitê, conforme estabelece o decreto, para avaliar o relatório apresentado pela empresa.

Quanto à Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens, trata-se de um projeto de lei. Você bem destacou, eu estou há pouco tempo à frente da Assessoria. Em geral, esses projetos de lei são submetidos a uma avaliação da Assessoria. Eu não sei dizer se já houve posicionamento da Assessoria e do Ministério sobre esse projeto de lei. Não tenho essa informação, mas, conforme falei



no início, nós estamos aplicando o decreto, que é o marco regulatório que existe atualmente.

O Sr. Iremar, do Rio Madeira, perguntou: *“Em que pé está a usina hidrelétrica binacional Brasil-Bolívia?”*

Iremar, em julho deste ano, eu assumi esse cargo no Ministério de Minas e Energia, e até hoje não chegou nenhuma demanda relacionada a esse projeto.

Eu acompanhei pela imprensa também que, agora, neste segundo semestre, houve uma reunião de Ministros, do Ministro de Minas e Energia do Brasil com o Ministro de Minas e Energia da Bolívia. Tratou-se do acordo. A notícia informava que houve um avanço nas tratativas, mas isso ainda não repercutiu em nenhuma ação dentro do Ministério que seja do meu conhecimento. Eu não sei se, eventualmente, no território boliviano, já existe algum estudo sendo realizado. Se o senhor nos encaminhar uma consulta, nós podemos verificar isso com o Itamaraty. O Itamaraty, com certeza, vai ter essas informações.

A terceira pergunta é do Sr. Ageu, do Alto Tapajós. Ele questionou por que razão não se proíbem as hidrelétricas, por que razão não se para de construir as hidrelétricas. A minha abordagem se aproxima da resposta à pergunta do Brent e também à pergunta da D. Antônia Melo.

Num primeiro momento, cabe ao Ministério de Minas e Energia levantar todas as opções de potencial energético. Não é só o potencial hidrelétrico, são todas as opções. Agora, há a discussão, de fato, a respeito de quais hidrelétricas vão fazer. Não só na legislação que existe atualmente, conforme bem destacado pelo Deputado Arnaldo, há um crivo do processo de licenciamento ambiental. O projeto pode não obter a viabilidade ambiental e não vai ser implementado. Nós temos exemplos no IBAMA de alguns projetos de hidrelétrica cuja licença não foi concedida. Embora inventariado pelo setor elétrico, o projeto não foi adiante.

Não seria algo responsável por parte do Ministério de Minas e Energia deixar de estudar o potencial hidrelétrico, mas, de fato, acho que a discussão sobre se esses projetos vão ser viabilizados ou não, discussão que ocorre hoje neste seminário, discussão que é posta hoje pela sociedade, é sobre como realizar esse debate e como participar dele, envolvendo mais atores, que representem todos os setores sociais que devem ser envolvidos nessa decisão.



A resposta para o Sr. Ageu é que hoje não há nenhuma legislação que estabeleça proibição, que estabeleça uma moratória em relação às hidrelétricas. Cabe ao setor elétrico então inventariar os potenciais e submeter isso a um processo de avaliação e discussão com a sociedade.

A D. Antônia Melo quer saber quais seriam os efeitos positivos, a bondade, nas palavras dela, para a sociedade que o Tapajós trará ou traria, conforme a notícia lida sobre posicionamento do Dr. Luiz Barroso, Presidente da EPE. De fato, D. Antônia, é sobre esse objetivo que temos conversado com a EPE. Busca-se justamente trazer essa informação de forma a que a sociedade possa enxergar exatamente o custo da tarifa. Isso é sentido na ponta, pelo usuário.

Que componente dessa tarifa decorre da escolha por uma hidrelétrica ou por uma usina nuclear ou pela inexistência de hidrelétrica? É justamente essa comunicação que é interesse do setor elétrico aperfeiçoar, para que a sociedade possa participar dessas escolhas. Certamente não existe matriz perfeita, todas as matrizes têm dificuldades inerentes à sua implantação. Às vezes é custo, às vezes são impactos locais, no caso das hidrelétricas. A ideia a respeito da qual temos conversado com a EPE é justamente a de aperfeiçoar essa comunicação, para que possamos ter os cenários de maneira mais clara, transparente. Com esse cenário, se a escolha do País for essa, nós vamos ter determinado custo; se o cenário for outro, teremos outro custo, e assim por diante.

Brent quer saber se o Ministério de Minas e Energia estaria pronto para fazer uma discussão, na verdade, uma implementação da Avaliação Ambiental Estratégica ou de algum outro procedimento que trabalhe melhor o planejamento, que internalize mais a questão ambiental no planejamento, nas etapas do planejamento. Eu acho que é importante esclarecer como é que nos temos posicionado nas discussões sobre a Avaliação Ambiental Estratégica. É um instrumento muito interessante, mas não deveria ser conduzido só por um Ministério. É multissetorial, não pode ser conduzido só por um Ministério, por um setor produtivo que seja, um setor da sociedade. Ele é multissetorial.

Eu não estou bem atualizado, mas há uma iniciativa no Estado do Pará para realizar a Avaliação Ambiental Estratégica com uma abordagem territorial. Consideraria os diversos interesses envolvidos naquele território nos diversos



setores. Caso essa iniciativa realmente resulte na elaboração de um estudo por parte do Governo do Estado do Pará, certamente o Ministério de Minas e Energia vai interagir. É uma iniciativa interessante sim, justamente para se fazer uma ponte, conforme eu disse na minha apresentação inicial, entre o planejamento e a viabilidade.

De fato, no licenciamento, algumas discussões já não se encaixam bem. O licenciamento, o projeto já tem um tempo determinado, tem uma limitação de custo estabelecida. Então algumas discussões devem ser feitas num momento anterior. Acho que a Avaliação Ambiental Estratégica é um exemplo de solução complementar ao licenciamento ambiental e pode aperfeiçoar o projeto para todas as partes interessadas, para a sociedade. A questão da previsibilidade e da segurança jurídica não é de interesse só dos investidores, é de interesse da sociedade também. É uma boa ferramenta que pode ser utilizada nesse sentido.

Por último, anotei duas perguntas, do Vincenzo e do Ciro. Eu vou ficar devendo a resposta porque não sou a pessoa mais indicada para trazer essas informações que foram solicitadas.

A pergunta do Vincenzo foi a respeito de qual é o gasto e qual foi o custo dos estudos de planejamento que indicam qualquer quantidade de energia que o País vai precisar nos próximos anos. Qual foi o custo desses estudos? Parece-me que ele, em sua pergunta, faz um comparativo com o custo dos estudos de fontes alternativas e de medidas de eficiência energética em que o Ministério de Minas e Energia, em que o País investiu.

Eu não tenho como lhe repassar esses dados agora, Vincenzo, mas certamente podemos levantar essas informações. Podemos encaminhá-las para a Câmara dos Deputados e eventualmente, se o senhor nos passar o contato, podemos passá-las diretamente ao senhor. Imagino que não seja difícil conseguir esses dados que foram solicitados.

Ciro pergunta sobre a nomeação, sobre o preenchimento da vaga do CNPE. Esse também é um processo sobre o qual eu não tenho informação. Não tenho conhecimento se essa vaga tinha uma destinação específica ou se essa destinação não foi observada. Eu não tenho essa informação, mas também estamos à disposição para ir atrás dela e trazer os esclarecimentos.



É isso, Deputado.

Obrigado mais uma vez.

**O SR. IREMAR FERREIRA** - Thomaz, por favor, a Aliança dos Rios fez ao MME, por meio da Internacional Rivers, um pedido de informação a respeito da binacional, e a resposta obtida foi a de que o assunto é sigiloso. Foi por conta dessa situação que eu apresentei a questão sobre transparência. A resposta do MME foi a de que é sigiloso, e por isso não nos forneceram informações. Não sabemos em que pé está essa ação.

Obrigado.

**O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** - De quando é o posicionamento, Sr. Iremar?

**O SR. IREMAR FERREIRA** - É de agora, do mês de novembro.

**O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** - O senhor poderia me encaminhar uma cópia?

**O SR. IREMAR FERREIRA** - Sim. Depois vou pegar seu contato.

**O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** - Perfeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Thomaz.

Passo a palavra agora a Maurício Torres, pesquisador e professor colaborador da UFOPA — Universidade Federal do Oeste do Pará, para responder questões e também fazer suas considerações finais.

**O SR. MAURÍCIO TORRES** - Sendo muito rápido, eu me solidarizo muito com a Alessandra, com o Ageu, com a Ivanessa, com os demais, mas...

**(Não identificado)** - Depois você traduz o que ele falou, porque eu não entendi nada.

**O SR. MAURÍCIO TORRES** - *(Riso.)* Bom, eu entendo vocês. As gerações enfrentam naquele rio as cachoeiras, a malária, os garimpos, enfrentam um monte de coisas, e foram desrespeitados repetidamente, com o Governo dizendo que seria a primeira vez em que se faria uma hidrelétrica em um lugar sem ocupação humana. Assim, eu me solidarizo com vocês. Isso é um enorme desrespeito a vocês.

Resta saber se se trata de ignorância abissal, ao se achar que lá não existe ocupação humana, ou se simplesmente vocês não são considerados humanos. Essa é uma dúvida que realmente eu tenho. Sempre — o Ministério de Minas e



Energia repetidamente se manifestou nesse sentido —, sempre foi uma dúvida. Será que eles realmente acreditam em que lá não existe gente, o que eu acho pouco provável, ou será que eles acham que vocês não são gente?

Mais uma vez eu gostaria de parabenizá-los pela iniciativa e pela organização do evento e agradecer muito a todo mundo. Parabêniso vocês pela coesão e pela participação.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Maurício.

Passo a palavra agora a Titan de Lima, gestor ambiental especializado em legislação ambiental e assessor técnico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

**O SR. TITAN DE LIMA** - Vamos rapidamente abordar três itens, antes de entrar de novo no PPI. Eu participei da transição de governo em 2002, para o Governo do Presidente Lula. Na transição de governo, cuidei de fazer levantamento de estrutura de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, de orçamento do Ministério do Meio Ambiente e dos projetos de lei de origem do Executivo que estavam em tramitação na Câmara e interessavam ao Ministério do Meio Ambiente. Eu fiz esses três trabalhos.

Quando o Sr. Raul fala que em seu departamento há hoje 32 servidores para cuidar do setor de energia, eu digo: “*Que legal!*” Esse foi um trabalho nosso, do Governo do PT. Em 2002, no meu levantamento de pessoal, existiam quatro servidores no IBAMA para fazer tudo, para todos os tipos de licenciamento, todos! Pensou num tipo de licenciamento? Eram os quatro servidores. Existiam também 11 contratados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, que faziam rodízio constante. Ou seja, não havia licenciamento ambiental no Brasil de fato, não havia quem fizesse o serviço. E nenhum técnico, em sã consciência, pega um processo de licenciamento ambiental que começou com outro técnico e toca a partir dali. Não, ele vai para o zero. E era assim.

Se hoje não está satisfatório, fiquem sabendo que era muito pior. Os investimentos na gestão ambiental deste País eram zero, tanto de contratação de pessoal quanto de estrutura. Eu vi isso ao vivo e em cores durante meu trabalho na transição de Governo.



Outro ponto interessante com relação ao licenciamento é que, antes de todos os projetos de hidrelétricas irem para o IBAMA, acontece uma coisa aqui na Câmara dos Deputados: a aprovação de um projeto de decreto legislativo que autoriza que se façam os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dentro de uma aldeia indígena. Tudo começa com projeto de decreto legislativo. Eu trabalho na Câmara desde 1995. O meu parecer sobre isso é sempre o mesmo, só copio, colo e mando: *“Essa autorização está antecedendo audiência pública com as comunidades indígenas; fere o art. 231 da Constituição e a Convenção 169 da OIT”*. Toda vez é o mesmo parecer.

Quando o Deputado Nilto Tatto chegou aqui, no ano passado, já encarou um projeto de decreto legislativo desses. Mande o parecer. O Deputado leu e falou: *“Nossa, é assim?”* Eu respondi que era, sim. O Deputado fez a fala dele, votou contra, mas o projeto de decreto legislativo foi aprovado e seguiu adiante.

Com Belo Monte ocorreu a mesma coisa. Aquele empreendimento começou com projeto de decreto legislativo aqui, foi autorizado, aprovado e está aí. O resultado de se fazer o caminho inverso é esse. As coisas seguem um procedimento, seguem um protocolo, e isso precisa ser cumprido. Não existem à toa! Ninguém faz procedimento por ser mané. Trabalhar com procedimento é muito difícil. Então, se existe um procedimento, ele deve ser cumprido. Vamos esclarecer isso.

A Lei do PPI — isso é muito importante — vai além da hidrelétrica, além da estrada, além do porto. Ela simplesmente escanteia todo o marco regulatório existente hoje para infraestrutura. Entendam que o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Plano Nacional de Saneamento e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos fazem parte do marco regulatório. Eles fazem parte dos instrumentos legais que estão sendo escanteados.

Para que os senhores tenham ideia, dentro do pensamento do PPI há um dispositivo voltado diretamente para o setor elétrico e para o setor de saneamento, que diz que remuneração por meio de tarifa deve compensar o investimento. Parece bobagem, mas hoje a lógica na lei de saneamento é esta: a tarifa remunera o serviço, e não o capital. A partir do momento em que se faz a mudança de remunerar o capital e “desremunerar” o serviço, manda-se para as calendas a



universalização do setor de saneamento, porque o que passa a interessar é o capital, e não a prestação de serviço.

Esse modelo vem de um lugar, que se chama São Paulo, e da empresa que se chama Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP. Então, o dedo do Jerson Kelman e o seu pensamento retrógrado sobre gestão de recursos hídricos está no PPI. E o modelo utilizado para isso é o da SABESP. Que modelo “bacana”! Pagam-se dividendos para os acionistas, não se faz investimento para novos pontos de captação de água e muito menos para reservação, e não se combate a perda física. Exemplo “magnífico” é a SABESP para a gestão de saneamento deste País! Então, vamos prestar atenção nisso.

Outro problema muito grande com relação a empreendimentos, principalmente no setor de infraestrutura, é a confusão que existe sobre o que é uma condicionante e o que é uma compensação. As pessoas misturam compensação e condicionante. Condicionante é condicionante: ou se faz isso, ou não se tem a licença. A licença é condicionada à solução de um problema. “*Se você tem a solução do problema, beleza! Está aqui a licença.*” Agora, há coisas em que não há como solicitar condicionante, porque foram perdidas mesmo. O empreendimento leva a perdas. Ele leva a ganhos, mas leva a perdas. Aí, vem a compensação: compensa-se aquilo que não se consegue mitigar. O problema é que todo mundo pensa na compensação.

Lembro que na CPI do INCRA e da FUNAI houve uma discussão sobre pegar o cascalho que foi tirado da escavação de um túnel e entregar para a aldeia indígena vender de volta para a empreiteira. Que coisa louca! Isso foi dado como condicionante, mas isso não é condicionante e nunca vai ser. Tem que haver urgentemente essa clarificação entre o que é condicionante e o que é compensação ambiental.

Para combater a famigerada Lei nº 13.334, de 2016, a bancada do PT entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 5551. Um amigo meu chamado Sugiro, amigo japonês, falou que eu deveria aproveitar esta oportunidade, em que tantas entidades estariam presentes, para conclamá-las a entrar no *site* do STF, a ver a ADI 5551, cujo Relator é o Ministro Dias Toffoli, e a entrar como *amicus curiae*



nesta ADI. Entrem, porque, na hora em que o PPI começar a ser implantado, todo mundo vai se lascar.

De cara, já existe uma resolução do Conselho do PPI — para que se tenha uma dimensão da coisa — que abre a privatização de quatro empresas estaduais de saneamento. “*Opa! Mas a empresa não é do Estado? O que está fazendo no PPI?*” Isso ocorreu porque o PPI permite. Esse foi um caminho que o Governo neoliberal achou para conseguir privatizar o setor de saneamento lá no Estado e lá no Município, por meio do PPI. O Governador encaminha para o Governo Federal um pedido para que a empresa do seu Estado seja ofertada em leilão pelo Governo Federal. Esse projeto de privatização do setor de saneamento é antigo, ele já vem do Governo Fernando Henrique. Agora, eles acharam um caminho bem asfaltado, por meio do PPI.

Então, é muito evidente que, além da Lei Geral de Licenciamento, que está aqui na Câmara — o Projeto de Lei nº 3.729, de 2004 —, nós temos preocupação com o PPI, porque ele já está asfaltando o caminho do *fast track*, que naturalmente virá, com a proposta que o Governo Federal quer mandar como substitutivo para cá.

A notícia de que se tem conhecimento, pelos jornais, é que a Casa Civil modificou o texto do Ministério do Meio Ambiente, que o encaminhou para o Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, e lá está a proposta de *fast track*, na proposta do Governo. E, pela primeira vez, nunca antes visto neste País, o Ministério do Meio Ambiente faz uma nota contrária ao projeto do Governo. Quando o Ministério do Meio Ambiente encaminhou a proposta ao CONAMA, mandou junto uma nota técnica contrária. Que coisa maluca!

Vamos acordar, porque, como dizia a minha mãe, “*não está bolinho de batata*”.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Titan.

Eu queria anunciar o nome algumas pessoas presentes: Darlisson Apiaká, liderança apiaká; Manoel Kanunxi, cacique do povo manoki; Geraldo Terena, cacique da Aldeia Guarantã, da terra indígena Tirecatinga; Cândido Munduruku, liderança munduruku; Giliard Jacinto Pereira, cacique do povo juruna; Victor Fasano, ator e representante da ONG Uma Gota no Oceano; Juarez Saw Munduruku,



cacique da terra indígena Sawré Muybu; Ageu Lobo Pereira, Presidente da Comunidade Ribeirinha Montanha e Mangabal; Alessandra Korap, chefe das guerreiras da Aldeia Praia do Índio.

Eu queria também esclarecer — eu não estava com esta informação na abertura — que a organização deste seminário é uma iniciativa da Aliança dos Rios da Pan-Amazônia, do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, da Frente por uma Nova Política Energética, e do Grupo de Trabalho Infraestrutura, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente. Eu fui, na verdade, o proponente do requerimento nesta Comissão, com muita honra, evidentemente, pela minha relação histórica com o tema e, inclusive, com as pessoas dessas organizações.

A hora já está avançada, mas eu queria também falar alguma coisa sobre o tema que está aqui sendo debatido. Eu também tenho uma trajetória de luta no campo da sociedade civil. Acompanhei muitas lutas contra várias hidrelétricas, especificamente uma, nos últimos 10 ou 12 anos, lá na Mata Atlântica, lá na divisa do Estado de São Paulo com o Paraná. Eu já tinha chegado à conclusão de que as audiências, que foram uma conquista do ponto de vista de diálogo com a sociedade — uma conquista do movimento ambientalista e das comunidades tradicionais —, já tinham sido superadas, já não davam mais conta. Na verdade, os processos de consulta, da forma como ocorrem hoje... Basta ver como são feitas as audiências públicas: vão lá para apresentar o que vai ocorrer, fazer de conta que vão ouvir e legitimar o processo. Depois, dizem ao conjunto da sociedade que foi feito o processo de diálogo e de consulta.

A situação é muito parecida, por exemplo, com a consulta que foi feita ontem com as centrais sindicais, com relação à Previdência. O Presidente chegou à reunião ontem, falou como vai ser o projeto e divulgou o que ocorreu. Agora, os sindicalistas estão dizendo: *“Mas não nos deixaram nem falar!”* As audiências públicas são assim mesmo, acabam não dando espaço. Por isso estão superadas.

Isso me assusta. Havia um mecanismo conquistado pela sociedade brasileira, inserido na legislação, que dava garantias em relação aos direitos de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Havia avanços do ponto de vista da legislação ambiental, que assegurava a obrigação de que os próprios órgãos do Estado responsáveis pelo processo de licenciamento fizessem a consulta. Assim, se



o IBAMA fosse conduzir o processo de licenciamento, ele próprio faria a consulta ao ICMBio, a consulta à FUNAI, a consulta à Fundação Cultural Palmares, e assim por diante, dependendo de onde fosse haver o impacto. E esses órgãos, em determinados momentos, têm maior ou menor autonomia, maior ou menor infraestrutura, para conduzir os estudos.

O que me assusta agora é justamente a forma como o PPI foi aprovado nesta Casa. Não começamos a experimentar seus efeitos, mas, como disse o próprio Sr. Titan, vão ser muito piores do que os que já estavam acontecendo. Já experimentávamos um modelo histórico de desenvolvimento no Brasil, que nunca se conseguiu superar, um modelo de desenvolvimento que vai passando por cima de direitos de populações, de patrimônio social e ambiental da sociedade brasileira. Era uma aliança histórica entre o Estado e o setor privado, principalmente as grandes empreiteiras, que ditavam as obras a serem feitas. Assim se vinha conduzindo o processo. E esse modelo vai continuar, mas agora, muito mais do que as obras ou os empreendimentos que interessam ao Estado, são os empreendimentos de interesse da iniciativa privada que vão importar.

O processo de apropriação desse capitalismo selvagem no Brasil vem agora com muito mais intensidade. Eu falo que vem com mais intensidade, porque há projetos de retrocesso em andamento nesta Casa, e aqueles que os estão propondo agora estão no centro do poder. Os senhores podem acompanhar que há pouca resistência hoje dentro do Governo, do ponto de vista das políticas ambientais, e essas cabeças devem rolar nos próximos dias.

Ano passado nós discutimos a política de licenciamento, esse projeto que foi discutido nesta Comissão, relatado pelo Deputado Ricardo Tripoli, que o Ministro Sarney puxou lá para dentro. Vinha-se dialogando para torná-la uma política, mesmo desse Governo golpista. Vinha-se dialogando na Casa Civil. Isso já foi deixado de lado, e o projeto que agora está sendo levado adiante lá é aquele projeto que vinha do Senado, patrocinado pelo Senador Blairo Maggi. Agora já foi apresentado no CONAMA.

Portanto, fiquem atentos, porque isso é bancado pela bancada ruralista. Quem trabalha principalmente na relação e no diálogo inclusive com o setor da agricultura teve a oportunidade de ver o Ministro de Estado vendendo soja lá na



COP em Marrakesh. Esse Ministro, além de vender soja, também estava tentando vender álcool ou etanol para os alemães. Foi recebido inclusive pelos Parlamentares alemães, que falaram para ele: *“Mas nós temos critério para comprar energia! Nós temos critério, porque a prioridade é plantar alimentos, e não tem cabimento comprarmos etanol para alimentar os tanques dos carros daqui. Nossa estratégia aqui é outra. Nós já temos alguns estados da Alemanha em que a emissão de carbono é zero, no consumo de energia. E nós temos como meta em 2030 zerar o carbono no consumo de energia. Estamos em outra! Estamos produzindo o carro elétrico, não usando a terra para, em vez de produzir alimento, produzir etanol para funcionamento de carro”*. O Ministro não entendeu nada. Não entendeu nada, mas, na hora de nomear aqui o representante da sociedade no Conselho do Ministério de Minas e Energia, botou justamente alguém da indústria do etanol lá dentro.

Realizamos esta primeira Mesa para discutir os impasses que estão colocados do ponto de vista do licenciamento e vimos que temos gargalos a superar. Há muito mais ameaças vindo pela frente. Mas esta foi a primeira Mesa, e eu acho que nós avançamos bastante. Haverá mais três Mesas na parte da tarde: Responsabilidade Socioambiental de Agentes Financeiros; Hidrelétricas na Amazônia e o Planejamento da Política Energética Nacional; e a Mesa de Encaminhamentos.

Vamos combinar de começar às 14h30 a próxima Mesa, que começaria às 14h. Como foram cancelados outros eventos previstos no Plenário 2, abriu-se a possibilidade de irmos para aquele local, que tem mais espaço. Lá já estavam sendo transmitidos os trabalhos desta parte da manhã.

Conforme combinado, o Deputado Arnaldo Jordy abrirá a próxima Mesa, que tratará da Responsabilidade Socioambiental de Agentes Financeiros, a partir das 14h30. S.Exa. revezará comigo a condução dos trabalhos.

Informo que o Presidente da Comissão não pôde vir. Somente chegará à Casa no final da tarde.

Muito obrigado.